

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 003

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todas e a todos os cidadãos mato-grossenses!

É uma honra recebê-los nesta Casa de Leis.

Esta é a segunda Audiência Pública que realizamos. Saindo um pouco do protocolo, é uma Audiência sobre um tema que, realmente, faz parte da nossa vida, do nosso dia-a-dia. Quem não tem uma criança, um adolescente, ao seu lado todos os dias? Eu sempre digo que quando volto para minha casa, para os meus filhos, é o momento em que eu tenho mais paz. O nosso momento de maior paz é quando encontramos nossos filhos.

Esta Audiência Pública foi requerida por mim, com o objetivo de debater o sistema de garantia de direitos à criança e ao adolescente em Mato Grosso.

Nós gostaríamos de convidar, neste momento, para compor a Mesa: a Dr^a Cleocy Terezinha Chagas, Juíza de Direito da Infância e Adolescência, a quem eu peço uma salva de palmas (APLAUSOS); o Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum de Defesa da Criança e Adolescente (APLAUSOS); a Dr^a Benedita Rosarinha Arruda Bastos, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (APLAUSOS); a Sr^a Kátia Maiolino, Presidente dos Conselhos Tutelares do Estado de Mato Grosso (APLAUSOS); a Sr^a Terezina Arruda, Coordenadora do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantias e Direitos do Estado de Mato Grosso (APLAUSOS), é uma honra receber, aqui, a Dona Tetê; a Sr^a Alenir Auxiliadora Ferreira da Silva, Defensora Pública da Infância e Juventude; o Sr. Cel. Emmanuel Oliveira Neto, Chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar, neste ato representando o Comandante-Geral Oliveira (APLAUSOS).

Gostaria, também, de convidar para compor a Mesa o Sr. Lázaro Donizete, que, aqui, representa a Senadora Serys Slhessarenko (APLAUSOS); a Sr^a Cláudia Figueiredo de Souza, Coordenadora de Saúde do Adolescente Jovem do Estado de Mato Grosso (APLAUSOS).

Nós convidamos vários órgãos do Governo do Estado, mas eu recebi aqui apenas uma justificativa do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Célio Wilson, dizendo que por motivo de outra agenda não poderia estar presente. Não sei se há alguém aí representando o Estado, mas nós convidamos todas as Secretarias. Além da Polícia Militar, não sei se há alguém...

Gostaria de convidar à Mesa o Sr. Wilton Coelho, representante da Secretária de Estado de Educação, que é Coordenador do Programa Xané; o Dr. Ivens Scaff, que representa a Secretaria Estadual de Saúde. É uma honra tê-los fazendo parte da Mesa.

Gostaríamos de registrar a honrosa presença das seguintes pessoas que, gentilmente, compareceram a esta Audiência Pública: Sr^a Luzia Martins, Presidente da APAE; Sr. Sírio Júnior, Presidente da Associação dos Moradores do Parque Geórgia; Sr^a Sílvia Maria de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Medeiros, Conselheira Tutelar do CPA; Sr. Sírio Nunes da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Cuiabá; Sr. José Lourenço Soares, Presidente da Sociedade Filantrópica dos Jovens Hoje e Sempre do Estado de Mato Grosso; Sr. Celso Antônio Panan Martinez, Presidente do Centro de Aprendizado Juvenil Caju 2000 e Pastoral do Menor, do Bairro Tancredo Neves; Sr. Pedro Pereira, Presidente da Creche IMUB; Sr^a Silvia Damiani, da Fundação Siminino; Sr^a Lucirlene Pereira do Nascimento, representando o gabinete da Vereadora Enelinda Scalla; Sr^a Francismeire Pedrosa, representando a SEDUC; Sr^a Aldinéia Corrêa, técnica do SUS; Sr^a Aparecida das Dores Godino, Diretora da Creche São José; Sr^a Marlene Anchieta Vieira, Assessora do Deputado Carlão Nascimento; Sr^a Maurília Borges, fundadora da Instituição da Caridade Santa Luzia; Sr. Milton Severino da Silva, Presidente do Centro de Educação Infanto-juvenil Criança Esperança, de Várzea Grande; Major Márcio Thadeu, da Diretoria de Ensino da Polícia Militar; Sargento Deivison da Silva, do Corpo de Bombeiros; Sr^a Judithe de Souza, do Asilo Santa Rita; Sr. Elias de Carvalho, da Sociedade Civil Santa Gema; Dr^a Graciela Faria Medeiros, Defensora Pública; Major Josimar Salles, assessor do gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar; Sr^a Elis Regina, do Centro de Defesa da Criança e Adolescente; Sr^a Carla Patrícia Pinto Ribeiro Menezes, Assistente Social e Coordenadora de Projetos da Pastoral do Menor; Sr. Ivens Scaff, que está à Mesa, gerente de ambulatório da Secretaria de Saúde; Sr^a Ana Delma Marques, representando a Região de Escoteiros de Mato Grosso; Sr. Fernando Marques Figueiredo, da Associação Espírita da Ciência do Espírito; Sr^a Santina Ribeiro Nunes, do Santa Isabel de Várzea Grande da Creche Escola São José; Sr^a Maria Aparecida Cortez, Secretária Geral do SINTEP; Sr. Salvador Santos Pinto, representante do gabinete do Deputado Humberto Bosaipo.

Convido para fazer parte da Mesa o Secretário de Esportes e Lazer do Estado, Sr. Ademir Neves Moreira (APLAUSOS).

O Dr. Paulo Prado não pôde estar presente devido a compromissos anteriormente assumidos.

Agradecemos a presença dos integrantes do Projeto Pastoral do Menor CPA - Cidadania Paz e Ação, e do Professor Peter, que farão uma apresentação.

As crianças que são integrantes do Projeto Pastoral do Menor e que farão uma apresentação coordenada pelo professor Peter, podem se organizar aqui à frente.

(NESTE MOMENTO, AS CRIANÇAS INTEGRANTES DA PASTORAL DO MENOR DO CPA FAZEM SUA APRESENTAÇÃO - APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada.

Eu gostaria de convidar, para compor a Mesa, também, a Dr. Regina, que representa a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania.

Qual é o objetivo desta nossa Audiência Pública? Nós estamos compondo aqui, na Assembléia Legislativa, a Comissão de Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

Faz parte dessa Comissão, eu, o Deputado Nataniel de Jesus e a Deputada Ana Carla Muniz, inclusive a Presidência da Comissão é do Deputado Nataniel de Jesus.

Fomos procurados por várias entidades que solicitaram a realização dessa Audiência Pública, para nós aqui, nesta tarde, ouvirmos das várias entidades governamentais e não governamentais as reivindicações ou trabalhos realizados, e algumas cobranças em relação às políticas públicas que nós deveremos efetivar para o próximo período.

Como nós estamos na condição de Deputada Estadual, nós temos um trabalho a responder à sociedade, principalmente nesse setor. Eu sou professora, na verdade, mas estou na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

condição de Deputada e, com certeza, não poderia me furtar a este debate. E o tempo passa, o tempo passa, e sabemos que a sociedade está cobrando.

A idéia na verdade, o objetivo nosso aqui, nesta tarde, é ouvirmos as entidades não governamentais e as governamentais também, tendo em vista haver uma proposição de instituímos o sistema de garantia dos direitos da criança de Mato Grosso, ou mesmo fortalecermos e consolidarmos esse sistema.

O nosso papel hoje é de ouvir e eu quero inclusive fazer um convite - e acho que poderia ser um dos encaminhamentos feitos no final desta Audiência Pública - para organizarmos uma frente estadual em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esta frente já tem uma articulação hoje, no Congresso Nacional, composta de vários deputados, deputadas, senadores e senadoras. Então, assim que nós dermos encaminhamento a essa frente em Mato Grosso, poderia ser uma das definições desta Audiência Pública, nós nos organizarmos no Estado e buscarmos a integração com essa frente que já acontece no Congresso Nacional.

Eu abrirei a nossa Audiência Pública, nesta tarde, convidando para utilizar da palavra...

Nós pedimos aos nossos palestrantes um tempo, porque nós gostaríamos que as entidades que estão no Auditório também tivessem aqui a oportunidade de expor as suas questões.

Convido o Sr. Natalício Menezes, que é o Secretário Executivo do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, para usar da palavra.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Boa-tarde a todos e a todas.

Eu cumprimento todos os componentes da Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo, para não ficarmos falando o nome de todos, porque demora muito, mas que se sintam cumprimentados. Agradecemos a presença dos representantes das Secretarias que estão aqui, que foram convidadas.

Agradeço as meninas, o Peter, do Projeto do CPA, que fizeram a apresentação. Muito obrigado pela presença de vocês, pela simplicidade. Esse é o valor das nossas crianças.

Eu até fiz uma brincadeira com a Tetê, dizendo: engraçado parece que hoje é a vez da sociedade, mas não foi proposital, porque o pessoal do Governo ficou atrás. Isso foi devido ao momento em que foram chegando. Hoje, é a vez da sociedade estar aqui conversando. E estamos neste debate, nesta discussão, para chegarmos a um dominador.

Eu preparei um discurso breve, acho que não demorará nem quarenta minutos, porque é pouquinho.

O Brasil é um País atormentado por muitos problemas. Hoje, quatro desses problemas são cruciais e sabemos que o primeiro é o desemprego. O Estado e a sociedade em conjunto não estão conseguindo formar uma política eficaz para combater o desemprego.

O segundo é a comida, a fome que assola mais de cinquenta milhões de pessoas no Brasil. Agora, temos o lançamento do Programa Fome Zero e veremos o que vamos conseguir combater.

O terceiro é a educação, que é um dos principais canais para inserir o nosso País no clube das nações desenvolvidas.

O quarto é o problema da infância. É o pesado desafio de termos que oferecer um futuro digno para mais de vinte e cinco milhões de crianças e adolescentes que estão crescendo na pobreza e no abandono. O desafio é dramático e muitos dão às costas e fingem que o problema não é tão grave assim. Felizmente, nos últimos anos, temos presenciado mudanças significativas no mundo social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Neste sentido, a sociedade civil precisou rever sua forma de participação e passou a ter um compromisso de participar dos projetos político-sociais, deixando de ser apenas pagadora de impostos para ser co-responsáveis na luta, no combate contra a miséria e a desigualdade social. E é nesta luta que, através dos fóruns de defesa, milhares de ONGs, fundações, voluntários, lideranças comunitárias, lideranças religiosas, pessoas físicas às quais chamamos de INGs (indivíduos não governamentais) estão demonstrando que com pouco dinheiro, mas com boas e originais idéias e muita disposição é possível mudar essa realidade. Inclusive nós vemos que surgiram vários fóruns temáticos em que a sociedade vê que pode participar e pode contribuir.

A Constituição de 1988 trouxe para nós o poder de participar, e para isso as pessoas necessitam sentir-se sujeitos da história. O único caminho é o da democracia participativa, que só se constrói no dia-a-dia de nossas vidas.

Em relação à criança e ao adolescente, o Artigo 86 do Estatuto prevê: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Graças a Deus, na última década, notamos um crescimento dessa atividade de voluntariado, principalmente, após a criação do Comitê da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Atualmente, o número de empresas que investem no terceiro setor no mundo tem crescido consideravelmente, e no Brasil também. Em Mato Grosso essa participação ainda é um pouco tímida, eu acho até que nós temos que ver se o Estado poderá fornecer mais algum tipo de incentivo, porque apenas aquela porcentagem de 1% no imposto de renda, eu acho que é muito pouco. De repente, o Estado poderá formular um projeto, como o da cultura, que dê algum incentivo para as empresas que invistam no social.

Vemos também que se para um Governo eleito é importante ficar de bem com os grandes grupos econômicos, para que não seja alvo de especulações financeiras que possam prejudicar sua gestão, atualmente, a nova conjuntura política também requer mudanças em relação à participação da sociedade civil no controle social. Nenhum ato político deve ser imposto à sociedade. As idéias deverão ser democratizadas e as decisões tomadas em conjunto. As pessoas querem ter o direito de contribuir na construção das políticas públicas e não receber as coisas em forma de favor. Isso é a democratização das políticas, é o pleno exercício da cidadania. E os fóruns e os conselhos são os locais ideais para essa participação.

Desta forma, fica mais evidenciado que a forma tradicional de pensar no trabalho social, onde cada um fica isolado no seu setor, atuando como se fosse o único trabalho possível de se realizar, não produz resultados que possam contribuir para uma vida em coletividade.

Isso significa que as mudanças se darão em rede e não em formas isoladas. Daí a importância da parceria do Estado e da sociedade, não apenas na formulação das políticas públicas sócias, mas também através de parcerias, de convênios com a transferência de recursos financeiros.

Luiz Carlos Bresser Pereira, no seu livro *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, eu gosto sempre de frisar quando ele diz: “Na verdade, também as empresas privadas ao longo das duas últimas décadas têm buscado cada vez mais parcerias na tentativa de reduzir os custos e aumentar a eficiência, para isso, reduzem seus sistemas operacionais e passam a confiar mais nas redes terceirizadas. A experiência dessas empresas sugere ao Estado um modelo de se promover parcerias com entidades não governamentais”.

Em Cuiabá, em Mato Grosso, algumas parcerias entre o Estado e as ONGs já deram bons resultados e acreditamos que ainda dará mais resultados. Temos aqui o Coordenador do Projeto Xané, o Sr. Wilton Coelho, porque o Xané continuará, nós temos que dar essa notícia aqui,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

para a sociedade. Nós tivemos parcerias com a Pastoral do Menor, no Instituto Papa João XXIII; conseguimos articular no CPA III, na Escola Tarcílio Sebastião Cruz; em Alto Araguaia, pela Irmã Nazaré, também da Pastoral do Menor; no Patronato Santo Antônio, tem o Projeto Xané; no Irmão Sol e Irmã Lua, do Projeto Santa Gema da Irmã Roseli, no Bairro Pedra 90; o Irmão Sol e Irmã Lua, do Projeto Fé e Alegria, que também foi um convênio feito com a Pastoral do Menor no Bairro Tancredo Neves; e nós agradecemos à Tetê, porque se todas essas parcerias aconteceram, do Estado com as entidades, foi porque buscamos, e temos lá uma representante que já tinha uma visão de ONGs e ela veio de uma entidade chamada Visão Mundial. Era uma ONG que trabalhava e, chegando lá, conseguiu fazer as articulações. O Governo entendeu e quis fazer essas parcerias, foi muito bom para a sociedade e esperamos que continuem.

Nós sugerimos aqui, ou que se faça programas diferenciados para as entidades, ou que se haja uma reserva, Deputada, de no mínimo, 35% dos recursos totais a serem investidos nessa área, para as entidades não-governamentais.

Gostaríamos que a senhora fizesse essa indicação para o Governo, que levasse essa proposta para as entidades poderem trabalhar. Quando se fala em municipalização, não é apenas passar os recursos para as prefeituras, é também para outros fatores sociais que atuam na cidade.

Nós vemos as ONGs, o terceiro setor, que hoje não podem ficar trabalhando, fazendo festival de pizza para sobreviver, andando com pires na mão, pedindo dinheiro.

Nós precisamos disso. Porque não adianta construir prédios para ficarem abandonados, centros comunitários para serem destruídos (APLAUSOS). Temos muito espaço para ser trabalhado na comunidade, basta que se criem programas e projetos. Se estão destruindo os prédios na comunidade, é porque aquelas crianças e adolescentes estão querendo mostrar para a sociedade. “E aí seus babacas, os negócios estão aqui parados. Ninguém está fazendo nada?” Aí eles começam a quebrar. Nós precisamos trabalhar nesses locais, não precisamos estar construindo.

Só para finalizar, o Fórum Mato-grossense foi fundado em 30 de abril de 1992. Este ano completou onze anos, começou com três entidades e hoje, em média, se reúnem vinte e cinco entidades a cada reunião e tem cadastrado oitenta e duas entidades.

Hoje, nós sugerimos a criação do Fórum da Baixada Cuiabana, porque a Tetê está coordenando o Projeto Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos, também através da sociedade civil, que é a Fé e a Alegria. Isso é um marco histórico aqui para Mato Grosso. Eu parabeno aqui a Tetê e todos os atores desse Projeto que está sendo muito bom, o curso foi ótimo e foram maravilhosos os palestrantes que lá estiveram.

O Fórum, durante esses dez anos, conseguiu no ano de 2001, após uma peregrinação aqui na Assembléia Legislativa, incluir através da LDO, o Fundo Estadual de Direito da Criança e do Adolescente a Assistência Social, que foi sancionado pelo ex-Governador Dante de Oliveira, em 20 de julho de 2001.

Nós propomos, desde 2001, a criação da Delegacia de Proteção, a DPCA. Começou numa Audiência Pública como esta, uma ação de cidadania, e a Delegacia foi criada, no ano passado, através da Lei nº 7.755, de 21 de novembro, só falta a conclusão do prédio. Infelizmente, ficamos sabendo pelo Secretário-Adjunto, Sr. Sebastião Ribeiro, da Segurança Pública, que os recursos de oitenta e dois mil reais foram devolvidos por ineficiência, por falta de execução do projeto na data hábil. O dinheiro foi devolvido e agora teremos que lutar de novo para trazer esses recursos para construir essa delegacia. E o Fórum tem, ao longo desse tempo, desenvolvido muitas atividades, Unidos pela Paz, Audiências Públicas, Seminário 10 anos do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Estatuto. E a participação da sociedade é imprescindível, ela abaixa o custo do Poder público. Eu cito aqui esse Plano de Diretrizes que também é um marco histórico aqui para Mato Grosso.

Mato Grosso, o qual já estivemos várias vezes representando fora, é sempre um Estado elogiado porque ele sai na frente com vários trabalhos, vários projetos. Isso aqui é um trabalho para o qual não foi contratada nenhuma consultoria, foi feito dentro do Conselho Estadual, através do quê? Ninguém inventou nada das sugestões das conferências municipais e estaduais, tanto do direito da criança quanto dos direitos humanos. Aqui se fizeram as diretrizes. O Governo que está entrando não precisa estar criando nada, e nem estar inventando comissões para criar diretrizes, porque já tem uma criada e ela não custou nada, foi a própria sociedade que fez.

Eu gostaria até de aplausos para as pessoas do Conselho Estadual que elaboraram esse trabalho, que é digno de elogio (APLAUSOS). Essa é a participação da sociedade civil, ela não está só criticando.

Finalizando, a participação da sociedade está em todos os locais. O PNAF, que é o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados, e o PNAF-M, para os Municípios, que são do Ministério da Fazenda, de 1999, são financiados pelo BID. O plano de ação que eles têm é o seguinte: capacitação de lideranças, fortalecimento da capacidade administrativa das autoridades, servidores, líderes da comunidade, e modernas técnicas de gestão.

A participação da população na fiscalização, no cumprimento das obrigações tributárias, e a participação do cidadão na definição dos investimentos, que nós citamos o orçamento participativo, e a participação da sociedade no controle social dá-se nos conselhos. E o próprio projeto, que é financiado pelo BID, sugere isso aqui.

Não estamos querendo fazer o papel do Governo e nem fazer um enfrentamento com o Governo, nós queremos ser parceiros, mas não apenas na responsabilidade.

Nós queremos deixar aqui essa proposta da locação dos recursos para as entidades, da criação da Frente Parlamentar.

Eu agradeço a todos. Desculpe se seu ultrapassei o tempo e se eu não fui muito claro nas minhas explicações. Muito obrigado (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós gostaríamos de agradecer a presença do Deputado Nataniel de Jesus, que é membro da Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, da Assembléia Legislativa, e convidá-lo para fazer parte da Mesa.

Convido, para usar da palavra, a Sr^a Terezina de Fátima Paes de Arruda, Coordenadora do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantias e Direitos do Estado de Mato Grosso.

A SR^a TEREZINA DE FÁTIMA PAES DE ARRUDA - Eu gostaria de quebrar o protocolo, assim como a minha companheira, posso falar assim, e amiga Deputada Verinha Araújo. Uma guerreira, conhecida como Verinha. Gostaria de cumprimentar a seleta Mesa e pedir permissão para as entidades governamentais para dizer que os cumprimentarei na pessoa do professor e amigo, Sr. Ademir Moreira. Cumprimento, também, as ONGs aqui presentes, na pessoa do Sr. Néio, que é um grande guerreiro nos projetos sociais no Estado de Mato Grosso.

Coube a mim falar sobre o que é o Projeto de Fortalecimento do Sistema de Garantias e Direitos do Estado de Mato Grosso. Sinto-me contentíssima por esta oportunidade, até porque eu estou aqui representando o Fé e Alegria, que algumas pessoas aqui presentes conhecem.

É uma instituição de nível internacional, que está no Estado de Mato Grosso há mais de vinte anos. Está em toda a América Latina e além de Mato Grosso está em vários Estados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e que diversifica com a questão da educação popular, trabalhando, especificamente, uma linha de suas ações na educação popular, outra linha ligada à questão das creches, tanto é que essa instituição é, hoje, a coordenadora das associações de creches da Grande Cuiabá.

Estão aumentando essas linhas de projetos, e um dos privilégios que o Fé e Alegria teve no ano passado, devido ser um ano típico eleitoral, foi a responsabilidade para o Fé e Alegria desenvolver esse Projeto de Fortalecimento de Garantias de Direitos no Estado de Mato Grosso. Foi um desafio coordenar este projeto, mas aceitamos na certeza de que estávamos indo para uma instituição séria e que faríamos um trabalho sério. O objetivo do projeto é fortalecer esse sistema de garantia.

Ano passado estivemos em Brasília, Deputada Verinha Araújo, discutindo como é que estava o sistema de garantias no Brasil e também estiveram lá: a Sr^a Ivonil Soares de Campos, do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente; a Dr^a Cleocy Terezinha Chagas, Juíza da Vara Especializada dos Direitos da Criança e Adolescente; a nossa Defensora Pública, Sr^a Alenir Auxiliadora Ferreira da Silva; a nossa amiga, Conselheira Tutelar; e o Sr. Natalício Menezes, pelo Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente.

Eu estou querendo mostrar para os senhores o que é esse sistema de garantias. É a união dessas forças. Nós temos aqui o Juizado da Infância e Juventude, o Ministério Público, o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, que é o conjunto das organizações não governamentais. Temos a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, na pessoa da nossa Presidente atual, Sr^a Benedita Rosarilha Arruda Bastos, e temos as representações das políticas públicas da área governamental e as Delegacias Especializadas.

Com isso, nós formamos o sistema de garantias e direitos da criança e do adolescente. Mato Grosso é um Estado que tem oitenta e cinco por cento dos Conselhos Municipais e Conselhos Tutelares organizados, funcionando em todo o Estado de Mato Grosso.

Foram escolhidos três Estados do Brasil para desenvolver este Projeto. Foram eles, Mato Grosso, Tocantins e Piauí. Nestes três Estados constatamos, no diagnóstico que fizemos, um enfraquecimento deste sistema. Então, estamos trabalhando com a idéia de fortalecimento desse sistema.

Nós dividimos o Estado de Mato Grosso para desenvolver esse projeto, que é a primeira etapa do projeto, porque não tínhamos recursos financeiros para percorrermos todo o Estado. Dividimos em sete pólos da seguinte forma: cada pólo com a participação de oito municípios. A minha fala é bastante técnica, até para que vocês tenham um entendimento do que está acontecendo em nível de Estado. Essa divisão ficou assim: Alta Floresta, nós denominamos como pólo norte-1, lá em cima, em que nós pegamos nove municípios daquela região e trabalhamos durante três dias, intensivos, como nós trabalhamos esta semana aqui, na região da Baixada.

Em seguida, fomos para a região de Cáceres. Atendendo ao pedido da Sr^a Gisele Fontes, em vez de fazermos apenas com oito municípios, nós fizemos com quatorze. Nós tivemos a presença média de oitenta pessoas, mais ou menos, participando. Nós tivemos três dias de trabalhos intensivos, discutindo atribuições de Conselhos Tutelares e atribuição do Conselho Municipal. Qual é a função dos Conselhos Municipais? Por que os Conselhos Municipais se reúnem e discutem tanto? Por que elaboram diretrizes, planos de ações? Qual é o papel e a função das organizações não governamentais, dentro do sistema de garantias de direitos?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Estivemos discutindo o marco legal, porque temos agora o Novo Código Civil. Eu acho que nos Conselheiros Tutelares do interior do Estado, às vezes é muito mais difícil chegar uma informação, um material, apesar de toda a tecnologia, às vezes em Apiacás, demora-se três dias para abrir um *e-mail*. Então, nós estivemos discutindo o orçamento público, o fundo e a participação da sociedade civil.

A nossa fala é para mostrar justamente isso: O que o projeto está fazendo? Qual é o objetivo do projeto? O objetivo do projeto é discutir com o grupo que trabalha a questão da criança e do adolescente no sistema de garantia de direitos como está a situação no nosso Estado e como deveremos trabalhar daqui para frente.

O importante disso tudo, apesar de estarmos na luta, na militância, na questão da criança, Deputada Verinha Araújo, é percebemos, ainda, o enfraquecimento do sistema de garantia no Estado de Mato Grosso. Apesar de termos quase 85% dos Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares em funcionamento, são poucos Conselheiros Tutelares... Eu vou tomar a liberdade de falar da área do Juizado da Infância e Juventude, do Ministério Público e da Defensoria, porque não temos Defensoria em todo o Estado, nós não temos Comarcas em todos os municípios.

Por isso é importante falar, pois não podemos basear o sistema de garantia de direitos por Cuiabá, pela Capital. Eu, às vezes, não sou bem entendida quando falo nesse sentido, porque, por mais dificuldades que tenhamos, Kátia, é muito mais fácil o sistema de garantia funcionar na nossa Capital do que funcionar quase 100% na região de Alta Floresta.

Nós temos lá um grande Juiz, que é o Dr. Otávio, por quem temos um grande carinho. Ele nos diz o seguinte: “Aqui, nós estamos numa situação muito difícil”. Por exemplo: Ele está em Alta Floresta, e tem uma demanda muito grande de questões, Deputada, e às vezes, ele tem um dia para atender a questão da criança e do adolescente. Ele atende a questão da criança e do adolescente, a questão do adolescente infrator e as medidas socioeducativas, Coronel; ele atende, também, a questão da cível, que é a área que a Dr^a Cleocy trabalha especificamente, aqui, em Cuiabá. Lá não. Lá o Juiz é bombril, ele é tudo, ele é polivalente. A mesma coisa com o Promotor. Então, com isso nós vamos sentindo que o nosso sistema de garantia de direitos vai enfraquecendo.

É a mesma coisa quanto aos nossos Conselhos Tutelares. Nós temos um sistema fraco, frágil, mas, ao mesmo tempo, nós avançamos. Isso que é interessante. Quando nós fomos para o encontro em Brasília, a Dr^a Cleocy várias vezes disse: “Olha, mas nós já conseguimos isso, isso e aquilo”. Realmente, é verdade. O que nós precisamos, hoje, é - vou fazer das palavras do Dr. Paulo as minhas - unirmo-nos cada vez mais. Falando como cuiabano, “Nós não podemos ficar rodeando o toco”, pois cuiabano fala assim, ou eu estou errada? Ou então, vou falar como poconeano, “não podemos ficar rodeando o toco para ver o que Governo passado fez, o que o Presidente da Instituição passada fez, o que a Instituição daqui para frente vai fazer”. Nós temos que pegar o que temos, o que não avançamos do sistema de garantia de direito e partir para frente. Aquilo que nós erramos, aquilo que nós temos fragilizado, aquilo que nós erramos mesmo, vamos dizer: Erramos. Então, não continuemos a fazer igual. Vamos mudar e preparar uma proposta mais consistente para melhorar.

Eu fiquei contente hoje, quando entrei aqui, a Verinha me abraçou, posso falar assim, e disse o seguinte: “Tetê, nós vamos criar a frente parlamentar”. Essa é uma luta nossa, que desde 1990, estamos tentamos isso na Câmara. Nós não conseguimos montar a frente parlamentar da criança e do adolescente lá, agora, nós vamos montar aqui. Por quê? Porque nós tentamos na gestão passada com o Deputado Gilney Viana, mas algumas coisas sempre atrapalhavam nas discussões, alguns Deputados não assinavam. Mas eu gostaria até de dizer que o Sr. Gilney Viana foi um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Deputado - não estou puxando sardinha para ele, porque várias vezes eu sentei nesse mesmo lugar, por pura coincidência, o Sr. Gilney ali, e estivemos em várias audiências públicas aqui, e vários de vocês estiveram aqui também -, foi um dos Deputados que mais fez Audiências Públicas sobre a questão da criança e do adolescente, porque ele era membro da Comissão de Direitos Humanos.

E agora, Deputada Verinha Araújo, quando Vossa Excelência fala que vai criar a frente parlamentar, eu tenho certeza de que nós vamos ter a frente parlamentar. Porque essa frente vai subsidiar muito mais discussões, para que possamos criar alternativas específicas na questão da criança e do adolescente, que não darão somente garantia de direito, mas nós poderemos trabalhar outros temas que são muito importantes e que cabe a uma audiência pública, como a erradicação do trabalho infantil. Cuiabá está uma vergonha! Tem muita criança na rua, vendendo, comprando, e isso é muito triste. Eu sou muito cricri nisso, porque eu paro, eu pego a criança, quero saber e mando para o Conselho Tutelar. Nós precisamos resolver.

Nós temos que discutir em uma outra audiência pública, Deputado Nataniel de Jesus, a questão da exploração sexual infanto-juvenil. Nós tiramos uma pesquisa nacional de 1997 na qual o Estado de Mato Grosso está inserido na Região Centro-Oeste sobre a questão de tráfico de seres humanos e tráfico de crianças, e a situação no Estado é grave.

Nós precisamos abrir uma audiência pública para fazer essa discussão até para subsidiar a Senadora Serys Slhessarenko, de Mato Grosso, a Deputada Patrícia Gomes, de Pernambuco, e a Deputada Maria Rosário, por quem eu tenho um grande carinho e admiração, porque é uma lutadora, já abriu em Brasília, a questão da CPI sobre a questão da exploração sexual e tráfico de crianças e seres humanos, que será uma comissão mista, onde teremos Senado e Câmara Federal.

Para encerrar, sobre o sistema de garantia de direito da criança no Estado, nós tínhamos vários outros caminhos a seguir, vários caminhos a nos nortear, e a minha fala foi muito técnica até para dizer o que nós temos feito, enquanto Conselho, enquanto Juizado, enquanto Defensoria, enquanto Ministério Público, enquanto Polícia Militar. Eu tenho muita admiração pela Polícia Solidária, pelo Toca na Cuca e por vários projetos que a Polícia Militar fez.

Os Conselhos Tutelares de Cuiabá têm trabalhado de maneira precária, ridícula e vergonhosa. Tem Conselho que funciona em banheiro. Tem Conselho que não tem banheiro e tem papel higiênico. No outro não tem papel higiênico e assim vai, mesmo assim temos feito. Mas precisamos fazer mais e para isso precisamos nos unir e falar a mesma língua.

Eu vou usar a linguagem do professor Ademir Moreira, dar o chute para fazer gol, mas um gol de craque, um gol de Brasil, um gol de Ronaldinho e de Rivaldo, não um gol de perna-de-pau.

Agradeço a oportunidade, desejo toda sorte do mundo para todos nós e sei que estamos abrindo o início de uma grande discussão. Muito obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Registramos a presença do Sr. Carlos Alberto Araújo, Secretário Municipal de Bem-Estar Social de Cuiabá.

Convidamos agora a Dr^a Cleocy Terezinha Chagas, Juíza de Direito da Criança e Adolescente, para fazer uso da palavra.

A SR^a CLEOCY TEREZINHA CHAGAS - Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa, senhores e senhoras aqui presentes:

Eu vou tentar ser bastante objetiva e não vou me ater muito a uma fala técnica, mas, sim, à prática, aos problemas vivenciados, aos problemas encontrados no dia-a-dia, para direcionar as questões que nos são postas constantemente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Estou no Juizado há dois anos. Estou na 1ª Vara, que é a Vara Cível, mas com frequência, substituo na 2ª Vara, que é a de Atos Infracionais

Eu entendo que já posso dar o meu testemunho de que Mato Grosso tem evoluído, tem avançado, Cuiabá principalmente, mas, infelizmente, o avanço encontrado em Cuiabá não se reflete pelos vários municípios do interior do Estado.

Então, eu entendo que a maior dificuldade de Cuiabá está na falta de uma rede de atendimento nos vários municípios, nos cento e trinta e nove municípios que compõem este Estado.

Cuiabá acaba canalizando e polarizando todos os problemas do Estado de Mato Grosso, tanto na questão da saúde, como na aplicação de medidas socioeducativas do Estado de Mato Grosso. Só em Cuiabá, que existe estabelecimento adequado para o cumprimento de medidas socioeducativas.

Hoje, a nossa população de adolescentes em conflito com a lei gira em torno de cem. É ou não é, Drª Alenir? Dos quais, 50% não são clientelas de Cuiabá, porque a Comarca de Cuiabá abrange, única e exclusivamente, o Município de Cuiabá. Esses cem adolescentes são oriundos de várias comarcas e municípios do interior do Estado. Isso acaba se tornando diminuto, por mais que se invista, por mais que se amplie a rede de atendimento de Cuiabá, nunca nós conseguiremos atingir a suficiência para atender toda a demanda, principalmente em função disso há omissão dos demais municípios.

No Lar da Criança, nós temos hoje, em torno de setenta crianças institucionalizadas. Pelo menos 50% pertencem ao Município de Várzea Grande, que é um município industrial, e que tem poder econômico considerável, no entanto - não representa uma crítica de boa forma deliberada, mas já criticando também -, com relação aos investimentos daquele município na área da criança adolescente, eu considero que estejam deixando a desejar, deixam a desejar, o que faz com que o Município de Cuiabá encontre dificuldade para atender a demanda.

Nós temos visto o Secretário Municipal de Bem-estar Social fazer todo o empenho no sentido de atender a solicitações dos juizados quanto ao atendimento das famílias, porque não raramente - isso para não dizer que cem por cento das vezes - a criança e o adolescente experimentam situações de risco pessoal e moral em função da precariedade vivenciada pela família. Família que não dispõe das mínimas condições básicas, que não tem os seus direitos constitucionais garantidos, conseqüentemente, elas também não têm como cumprir seu dever do poder familiar em relação a seus filhos.

Encaminhamos à Secretaria de Bem-estar Social, mas, com certeza, a demanda é enorme. A pobreza, a miséria, a dor dos nossos cidadãos, é algo que chega a assustar.

A Drª Graciela trabalha comigo na 1ª Vara, eu, a Drª Graciela, o Dr. José Antônio. Às vezes, depois de um dia longo, de uma tarde longa de trabalho, em que eu não sou apenas juíza, a Drª Graciela não é apenas defensora, o Dr. José Antônio não é apenas promotor, nós acabamos sendo um pouco psicólogo, um pouco amigo, um pouco pai, um pouco mãe, orientador das pessoas, e temos certeza absoluta de que se precisa fazer muito mais.

Muito tem sido feito, mas a impressão que se tem é que a evolução dos problemas sociais é numa velocidade de duzentos quilômetros por hora, enquanto a rede de atendimento vai se ampliando a uma velocidade de cem quilômetros por hora. Então, nós não temos condições.

Eu entendo que o Brasil precisa, não só o Estado de Mato Grosso, não só os municípios, mas o Brasil precisa investir seriamente em educação, em formar efetivamente o seu cidadão, torná-lo apto a assumir um trabalho técnico, educá-lo para ser efetivamente um cidadão, para que ele não dependa única e exclusivamente de um emprego. Como nós temos observado, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Governo também não tem conseguido gerar emprego na medida em que a demanda solicita. Os nossos jovens chegam em idade para entrar no mercado de trabalho e não tem a mínima esperança de conseguir um emprego.

É preciso investir maciçamente não só em ampliar a rede de atendimento às crianças, aos adolescentes, às suas famílias carentes, mas um investimento a médio e longo prazo, no sentido de formar cidadãos aptos a prover o próprio sustento.

Eu me lembro que na fala do Sr. Natalício Menezes, ele usou o termo: “O povo não quer favor”. É isso que eu acredito, o povo quer dignidade. Todo cidadão quer poder crescer e entrar para o mercado de trabalho. Ele quer sonhar, e com o fruto do seu trabalho realizar esses sonhos. Eu acredito que seja extremamente humilhante ao pai de família ter que lançar mão de programas sociais de cestas básicas para poder prover o pão, para poder alimentar os seus filhos. Eu entendo que não é isso que o cidadão precisa e isso não é exercer a cidadania. Porém, a situação está de uma forma tão crítica que é necessário um atendimento emergencial. Não há como continuar desse jeito, porque a fome, a miséria, torna o povo uma presa fácil para o crime organizado; torna as nossas crianças e jovens, alvos fáceis da corrupção de toda ordem. Não só da corrupção de toda ordem, não só da corrupção criminoso, mas da exploração sexual também.

Tudo reside na questão da pobreza. A pobreza reside na falência do nosso sistema de ensino. Nós precisamos refletir muito bem para onde estamos caminhando, porque é nossa responsabilidade, não tem como atribuímos a terceiros.

Eu estou fazendo o Brasil de hoje, o senhor, a senhora, todos nós temos responsabilidade. E, com certeza absoluta, eu entendo, salvo melhor juízo, que nós temos culpa, uma extrema culpa. Nós falhamos de uma forma vergonhosa, porque nós não estamos dando às nossas crianças, aos nossos jovens, esperança. Isso é muito grave. A desesperança gera desespero. E eu sinto isso no dia-a-dia, na Vara da Infância e Adolescência. Os nossos adolescentes, aos quais o Estado se julga no direito de aplicar medidas socioeducativas, estão sofrendo, quem duvidar disso faça um visita ao Lar do Adolescente, porque eu entendo que lá não estão sendo aplicadas as medidas de ressocialização que o Estatuto preconiza.

Temos, atualmente, vários projetos para serem implementados - e o Dr. Alexandre é um homem extremamente dedicado, muito bem intencionado -, entretanto, esbarramos no problema da segurança para implementação desses projetos, que são projetos de oficinas, hortifrutigranjeiros, apicultura, vários projetos para ressocialização dos adolescentes. Falta segurança para dar, para tornar uma realidade, enquanto estamos nos arvorando no direito de impor-lhes medidas socioeducativas, os nossos adolescentes estão trancafiados em celas. Quem ousar falar que não é cela, eu desafio a visitar. Ficam em celas, trancafiadas, passando vinte e quatro horas do dia em cubículos.

Agora, tentem imaginar o que é para um adolescente, com toda energia, o que é para um ser em desenvolvimento, com toda garra, passar vinte e quatro horas do dia, ocioso. O que é passar uma semana, duas, três...

Nós precisamos efetivamente avançar muito mais na implementação das medidas e dos direitos preconizados e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós precisamos ter consciência, precisamos conscientizar a sociedade, porque as instituições, as entidades precisam discutir com a sociedade acerca dos problemas da nossa infância, da nossa adolescência.

Concluindo, quero contar um fato do que nós somos obrigados a fazer, quando na realidade se todos respeitassem o Estatuto, não haveria necessidade da intervenção judicial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho uma criança que nasceu há alguns meses com sérios problemas de saúde, ela não consegue sobreviver sem uma gama de equipamentos. Um hospital público treinou a mãe para que ela, assim que os médicos desse hospital público dessem alta a essa criança, tomasse conta da criança. Porém, a mãe mora num barraco, não tem as mínimas condições de salubridade, ela não tem condições de adquirir os equipamentos necessários, e o hospital fica pressionando o Conselho Tutelar, pedindo, com urgência, que retire, que arrume um lugar para colocar aquela criança. Os Conselheiros, sem saber mais o que fazer, o que argumentar, para convencer os diretores desse hospital público que é um dever buscar o Juizado, nós tivemos que, mediante uma decisão, lembrar todo o direito que aquele bebê tem e toda obrigação que recai sobre essa instituição pública, que é mantida com o pagamento dos nossos impostos. Então, infelizmente muito precisa ser feito.

Eu parablenizo a Assembléia Legislativa, por essa iniciativa, é um papel eminentemente da Assembléia Legislativa conscientizar. E a Assembléia Legislativa poderá também fazer com que esse avanço ocorra principalmente com urgência em todos os municípios do interior de Mato Grosso, nos cento e trinta e nove Municípios do Estado de Mato Grosso. Não basta o Executivo Municipal criar o Conselho Tutelar e o Conselho de Direito, que é para receber verbas. No meu entender, criam-se Conselho Tutelar que não se estrutura, não dá condições de trabalho, e Conselho de Direito, sem a menor estrutura, só para receber as verbas. É preciso cobrar e exigir, e o Conselho Estadual, por favor, fiscalizar e ver efetivamente o que está sendo feito...
(MANIFESTAÇÃO NO AUDITÓRIO.)

A SRª CLEOCY TEREZINHA CHAGAS - Olhei. Já olhei.

Chega de fazer existir as coisas no papel, porque eu acho que é isso que está acontecendo no interior do Estado. Existem no papel para receber verbas, mas a implementação das entidades de atendimentos deixam muito a desejar, porque todos os dias eu recebo telefonemas dos meus colegas do interior que precisam de um local para colocar crianças, não só em conflitos com a lei, mas crianças em toda espécie de risco pessoal, moral, e não tem onde abrigar essas crianças.

Parabéns à Assembléia Legislativa e eu espero, por favor, vamos cobrar. Muito obrigada (APLAUSOS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaríamos de convidar o Cel. Emmanuel Oliveira Neto para fazer uso da palavra, representando o Comandante-Geral, Coronel Oliveira.

O SR. EMMANUEL OLIVEIRA NETO - Quero aqui parabenizá-la pelo evento. É um evento de reflexão e ao mesmo tempo em que conclama todos os segmentos representativos que lidam com a criança e o adolescente.

Nesta semana, a Polícia Militar começou feliz. Feliz como?

Convidando a Srª Terezina Arruda, a Srª Cleocy Terezinha Chagas, o Sr. Paulo Prado, Promotor do Juizado da Infância e Juventude, o Sr. Valmir, a Srª Benedita Rosarinha Arruda Bastos, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, e outras pessoas. Hoje, fico feliz de estar aqui participando, representando.

Não queria aprofundar na temática, mas eu sou obrigado a aprofundar na temática dessa violência que campeia pelo Brasil, que campeia pelo Estado de Mato Grosso, e que nós estamos sofrendo e vivenciando.

Eu estava até conversando que quando eu era criança, nós vivíamos na pobreza. Não tinha televisão, o mundo não tinha tanta transformação social. Hoje, o mundo é uma transformação social. Melhorou a comunicação, melhorou a arte, surgiu a Internet, o mundo virtual,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

o mundo do tempo real. Esse é o verdadeiro mundo, o mundo avançado e que avançou em tudo. O mundo globalizado. O mundo da economia neoliberalista, que começou lá na Segunda Guerra Mundial. O mundo que falta alimentação, o mundo do desemprego, o mundo da falta de oportunidades, o mundo da falência moral e ética, o mundo das famílias desagregadas. É esse o mundo que nós estamos vivenciando. Infelizmente, um mundo de criminalidade, um mundo doente.

Nós ficamos tristes ao ver as nossas crianças, de quatorze anos, nossos adolescentes morrendo. É um enfraquecimento do próprio regime democrático. É a trilogia de qualquer Governo, hoje: saúde, educação e segurança.

Sabemos que a segurança é dever e responsabilidade de todos. Está expresso no art. 144 da Constituição Federal. É importante que todos nós participemos da construção de um Brasil melhor, para que não choremos, como o cuiabano fala, o leite derramado. Nós temos que pensar no futuro, pensar em nossas crianças que nos dão a esperança de tentar construir um mundo melhor. E isso se faz, Deputada, com essas Audiências Públicas. O regime democrático é participação. A Polícia Militar está tentando participar também. A Polícia Militar também passa por sérias dificuldades, isso é normal, hoje, como é normal não só na Polícia Militar, como em toda a estrutura do Brasil, em decorrência desse modelo econômico que está aí. A Polícia Militar vem desenvolvendo um trabalho de forma prática, através do nosso PROERB, aqui representado na pessoa do Major Tadeu (APLAUSOS). O que é PROERB? PROERB, na realidade, é um trabalho da Polícia Militar de prevenção a droga e a violência que têm acabado com a juventude.

Nós estamos procurando trabalhar com a criança na faixa etária de nove a dez anos, mostrando a questão.

O que eu mais fico sentido - e eu quero parabenizar Vossa Excelência, porque Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo, colocou-se com muita propriedade -, é como nós vamos cuidar das nossas crianças, do nosso adolescente, se as famílias passam fome.

Nós temos que erradicar. Temos que pensar em gerar emprego. O mal deste País, eu fico emocionado, é a corrupção. O que está acabando com o nosso País é a corrupção! É isso que está acabando com o País. O povo precisa de representantes sérios. Temos que mudar a cara deste País. Precisamos melhorar este País com educação, com geração de emprego. Temos que voltar ao passado.

Eu fico doente, porque sou patriota. Eu fico doente de ver as nossas crianças morrendo, sem poder fazer nada, ficamos inertes, parados, sem poder fazer nada.

Temos que pensar no ser humano. Precisamos, sim, ter o sentimento cristão, o sentimento de amor. É brincadeira um órgão público que desconta o dinheiro do povo para fazer um bem. A administração pública tem que pensar no imaginário coletivo. Ela tem que pensar na sociedade.

Isso está certo? Está correto isso? Precisamos sim, fazer muita reflexão; precisamos sim, ter sentimento cristão, ter sentimento cívico, de melhorar o nosso País. É isso que nós precisamos fazer. Precisamos sim, participar, unir todas as forças, todos os segmentos representativos. Precisamos nos unir para um mundo melhor, para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna. Muito obrigado (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Lázaro Donizete, que representa, aqui, a Senadora Serys Slhessarenko.

Antes, eu gostaria de registrar a presença da Sr^a Gislene Fernandes, Diretora Administrativa da Pestalozzi, de Cuiabá; da Dona Ivone Almeida, Presidente Regional da Pestalozzi, e das crianças do Oratório Festivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. LÁZARO DONIZETE - Boa-tarde a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, que preside a Mesa, em nome da Senadora Serys Slhessarenko; gostaria de cumprimentar a Dr^a Juíza de Direito Cleocy Terezinha Chagas, em nome das quais cumprimento os demais membros da Mesa e a platéia.

Gostaria de cumprimentar o Cel. Emmanuel Oliveira Neto, e, de antemão, parabenizá-lo pela brilhante fala. Em seu nome eu cumprimento os demais companheiros da Mesa e da platéia.

Gostaria de cumprimentar o companheiro Natalício Menezes, Presidente do Fórum da Criança e do Adolescente. Em seu nome eu saúdo todas as crianças e todos os jovens que estão neste Auditório.

A questão da criança e do adolescente é um assunto que tem que contar com a participação de toda a sociedade, pois a responsabilidade pela criança e pelos adolescentes não pode ser restrita apenas à família. O órgão do Estado tem que ter a obrigação e o dever de estar sempre engajado, cada vez mais, na defesa e na proteção, de maneira ágil e eficaz.

Na questão mais relacionada ao trabalho, nós temos conhecimento de que foram feitos alguns levantamentos pelo Ministério do Trabalho indicando atividades e falhas pela condição de trabalho infantil, e aí nós podemos citar alguns exemplos. Na atividade de agricultura de subsistência, a falta de anotação na carteira de trabalho e previdência social, a baixa remuneração, jornada excessiva, levantamento de peso exagerado e a exposição à radiação solar. Na agricultura canavieira, a falta também de anotação na carteira de trabalho, jornadas excessivas, a não-existência de instalações sanitárias nas lavouras, alojamentos sem infra-estruturas etc. No serviço dos catadores de lixo, o trabalho informal existe, a remuneração é apenas por produção, jornada diurna ininterrupta, trabalho a sol aberto e a exposição a agentes biológicos, etc. Esses são apenas alguns exemplos. Existem outras atividades e outras falhas que, com isso, vem gerar doenças ocupacionais, acidentes, às vezes, com seqüelas, levando em seguida a traumas e frustrações nessas crianças e nos adolescentes.

A fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, quanto à exploração do trabalho infantil, vem desempenhando o seu papel com tamanha significância. Não podemos negá-lo, e faz-se necessário que a sociedade perca o medo e denuncie cada vez mais os exploradores.

Requer, também, o melhor aparelhamento humano e logístico nas diretrizes dos Estados.

A exploração sexual é uma das violações mais cruéis contra as crianças e adolescentes, devido à precariedade social e familiar. A cultura de sexualização precoce e a violência somam-se com a impunidade de criminosos, que comercializam o corpo de crianças e adolescentes por esse Brasil afora.

Temos também o crime organizado, que hoje envolve a violência contra a criança e o adolescente, através das novas tecnologias, como a difusão de imagens e *sites* de pornografia pela Internet.

Existem estudos realizados pela OEA - Organização dos Estados Americanos, indicando a existência de duzentas e quarenta e uma rotas, terrestres, marítimas e aéreas para conduzir esses jovens, adolescentes e crianças para o exterior.

Em 1993, a Câmara Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade pela prostituição infantil de crianças e adolescentes no território brasileiro e constataram escândalos e mais escândalos, que chocaram não só as autoridades do Parlamento, mas também do Judiciário e do Executivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Recentemente, foi requerida uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, nossa Senadora por Mato Grosso, em conjunto com a Senadora Patrícia Gomes e a Deputada Federal Maria do Rosário, com a finalidade de investigar a situação de violência e da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes do Brasil.

Companheiros e companheiras, vários fatores e mecanismos têm contribuído para o avanço e a conquista nesse sentido.

A Senadora Serys Slhessarenko, quando ainda era Deputada, nos três mandatos aqui na Assembléia Legislativa, apresentou vários projetos que tinham e têm tudo a ver com o desenvolvimento da criança e do adolescente, um deles era para criar o Fundo Estadual de Moradia.

Eu tenho certeza de que alguns começam a indagar, mas o que moradia tem a ver com criança e adolescente? Se a família não tem sequer uma moradia, com certeza isso gera ponto para essa criança, esse filho, essa filha estar na rua.

A ex-Deputada Serys Slhessarenko apresentou também um projeto que hoje já está em vigor que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Outro projeto também, o qual dispunha sobre a implantação do serviço psicológico no estabelecimento de ensino da rede pública, que infelizmente foi rejeitado pelos pares daqui da época.

Outro projeto foi o que institui o fundo de agricultura familiar, que infelizmente foi vetado pelo Governador da época, o Sr. Dante de Oliveira. Outro projeto foi o que dispõe sobre as Campanhas de Prevenções de Acidentes Domésticos, que hoje é lei, mas que parece não estar saindo do papel.

Várias crianças sofrem acidentes no seu lar, no convívio com a sua família, trazendo traumas, trazendo problemas para seus pais.

Outro projeto foi a obrigatoriedade na grade curricular nas Academias da Polícia Civil e Militar, da disciplina Direitos Humanos. Hoje, é lei, e o Coronel Emanuel é testemunha disso. Hoje, todas as Academias, todos os cursos têm essa disciplina, e tem mudado de maneira satisfatória o ensino dos policiais, para o tratamento com as crianças e a sociedade.

Diante de tudo isso eu gostaria de fazer um questionamento para concluir. O direito existe, o dever do Estado existe, mas onde está esse direito? Onde está esse dever? Poderia contar com a implantação de uma creche por bairro, período integral nas escolas, mas enquanto isso o que é que nós vemos? As crianças continuam nas ruas, fora das escolas, prostituindo e na marginalidade.

As ações práticas são poucas, e quem realmente poderia oferecer nada mais é do que o Poder Executivo, que são os administradores do recurso, enquanto isso, ficamos à mercê. Muito obrigado (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós temos três pessoas para fazerem o uso da palavra, depois, vamos abrir para o debate. Quem quiser se inscrever poderá dar o nome à Mesa.

Convido o Sr. Ademir Neves Moreira, Secretário de Esportes, para utilizar da palavra.

O SR. ADEMIR NEVES MOREIRA - Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo, honra-me muito receber este convite de Vossa Excelência para estar aqui representando o Estado de Mato Grosso na área de desporto e lazer.

Sinto-me muito honrado para discutir uma temática tão importante e que nos nutre de esperança com a participação popular de todos os segmentos representativos, cada um com a sua estratégia, cada um com o seu tesão, cada um com o seu entusiasmo para tentar resolver, minimizar,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Meritíssima Juíza Cleocy Terezinha, que também é uma batalhadora nesse sentido. A Tetê, essa grande abnegada do trabalho com a criança e o adolescente, o Natalício, o Cel. Emanuel, e vou fazer o possível para não me emocionar tanto aqui, como o senhor.

Hoje eu vejo aqui na platéia a Major Zózima que, hoje, foi ao meu gabinete e nós já estávamos fomentando um projeto, coadunando exatamente com a linha de raciocínio que Vossa Senhoria pretende implementar em todo o Estado de Mato Grosso.

Cumprimento a platéia, essa platéia que tem esperança de que o Poder Executivo tentará minimizar essa problemática. O Secretário Carlos Alberto Araújo, essa simpatia que está aqui presente, que é um dos grandes batalhadores nessa luta, na Prefeitura de Cuiabá, onde tive a honra de ser companheiro nessas causas.

Referendo a nossa Presidente da APAE aqui, pois recentemente eu fui convidado para também ir ao Conselho de Ação Social pela nossa Luzia, até brinquei com ela dizendo: O seu nome é bonito: Luzia. Todo mundo sabe o que eu quis dizer.

Digo que a causa é nobre. Esta angústia que está aqui é de todos nós, inclusive do Governo Lula e do Governo Blairo Maggi.

Um dos grandes eixos norteadores e estruturais da política, do Plano de Ação do Governo Blairo Maggi é a inclusão social. O problema é muito mais complexo, é conjuntural! Atrás de tudo isso está um sistema que se chama econômico e que está norteado pelo sistema capitalista. Lógico, todas as nossas ações têm tentativas no sentido de minimizar essa problemática. E, voltando lá em Chapre, ele diz: “A persistência é o caminho do êxito do sucesso”. O Governo Blairo Maggi tem um grande desafio, tem determinado a minha área, que é a área de desporto e lazer, através deste instrumento que é educativo, salutar, integrador, prazeroso, promotor, como meio, Deputada Verinha Araújo, para veicular as outras políticas públicas, como educação, saúde, etc. E, nós aqui vimos para elencar algumas delas.

Recentemente, nós realizamos um Fórum com um Ministro do Presidente da República, Lula da Silva, que veio a Cuiabá, em apenas um mês, o Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, que ficou muito receptivo às linhas mestras do Governo Blairo Maggi, na parte pertinente ao desporto e lazer, e colocou-se à disposição, que todos os projetos na área social seriam contemplados no Estado de Mato Grosso quando formatados e encaminhados.

Quero comunicar a todos que nós do Governo estamos à disposição para prestar consultoria, sem pagamento nenhum, é grátis a formatação desses projetos, até pela experiência iniciada no Município de Cuiabá - eu trouxe algum material, vou deixar aí -, que permeia essas discussões com relação ao esporte. Inclusive, no Município de Cuiabá existe uma lei de incentivo ao esporte para contemplar não só o esporte de rendimento, mas a criança e o adolescente. O que falta é ser cadastrado no Conselho Municipal de Desporto e usufruir desse benefício.

No Estado, hoje, existe uma série de ações que, com paciência, os senhores ouvirão. Primeiro, nesse Fórum, o nosso objetivo era buscar subsídio para a implementação de uma política estadual que contemplasse todos, Meritíssima Juíza. Inclusive, o que está preconizado no art. 217, da Constituição, que é dever do Estado fomentar as práticas esportivas formais e não formais do direito de cada um e que os recursos são prioritariamente para o desporto educacional, desporto amador ou lazer. E o está preconizado no art. 227, se eu não me engano, com relação, principalmente, ao art. 87, que é dever do Estado dar assistência à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, que é a parte que me é pertinente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Essa política teve uma séria discussão, eu já vou levar esse subsídio muito bem delineado aqui, para ver se o incluo dentro da nossa parte na política estadual do desporto para, inclusive, divulgar mais isso.

Nós temos uma série de ações com relação ao esporte de um modo geral, não só a criança, mas os portadores de deficiência, a terceira idade, eu já estou nessa aí e, principalmente, a criança e o adolescente.

Nós temos uma lei, que é a Lei do PRODEI, que aqui como sugestão, Deputada, na hora dessas aprovações aí, inclusive eu recebi lá os assessores dos Deputados Eliene, Riva e Humberto Bosaipo, na questão da Lei do ICMS. É interessante que quando aprovarem leis, Deputada, amarrem recursos específicos para a criança e o adolescente, um por cento para a criança e o adolescente. Um por cento dessa lei é para a criança e o adolescente, porque aí ninguém vai meter a mão. Já fica estipulado isso à sociedade quando, aqui, em audiências públicas, colocar esse tipo de lei: “Olha, um por cento de tal lei é para criança e adolescente”.

É uma sugestão que eu estou dando, sabe por quê? Porque o Executivo, hoje, na administração do Governador Blairo Maggi, está empenhado em apoiar essas ações com relação à criança e o adolescente, porque nós temos a implantação de Projeto Esporte Solidário Bom de Bola, Bom de Escola, com a parceria do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal e da Polícia Militar, hoje, a Major Zózima esteve lá conosco, dos Conselhos, aqui do Conselho Estadual.

Gostaríamos que os Conselhos nos procurassem para verificarmos, na hora em que formatarmos esses projetos, se todos os municípios estão participando, através de seus conselhos, inclusive, com representante do Ministério Público, Meritíssima. Temos o Projeto de Incentivo ao Esporte para representantes do Estado de Mato Grosso, o projeto de lei sobre a Bolsa Atleta que deve estar chegando aí, eu gostaria do empenho da senhora. Tem uma categoria, eu não vou descrever todo o projeto para não perder tempo, mas a categoria que mais nos interessa é da criança e do adolescente, de 12 a 16 anos, que se destacar no cenário nacional. O Governo custeará uma pequena parte daquilo, por exemplo, trezentos reais por mês para aquele que se destacou no cenário esportivo para custear aquilo, porque muitas vezes a criança não tem condições, porque o problema também é econômico.

O Esporte Solidário Bom de Bola, Bom de Escola é um projeto que tem o esporte como fato social, é a base. A criança sai da escola e à tarde ela estará acompanhada pelo Poder Executivo, para não buscar outras alternativas, no sentido de ter atividades esportivas, esforço escolar, gariroba, comida, Natalino e representante da Senadora Serys Slhessarenko, que foram muito enfáticos, que falaram tanto em fome, para repor o gasto energético que a atividade esportiva demanda. Nós temos o lazer, como forma de promoção social; projetos para portadores de deficiências, em todos os níveis; projeto para fomentar o desporto de criação nacional, que é a capoeira e o indígena, inclusive o Ministro já nos deu uma grande condição para fazermos o 6º Jogos Indígenas aqui em Mato Grosso; capacitação de recursos humanos; atividades físicas e recreativas; atividade preventiva, em parceria com os segmentos organizados nessa angústia que o Cel. Emanuel disse aqui, de dar atividade física recreativa para os detentos lá dentro dos seus compartimentos, Meritíssima, nós já estamos detonando, formatando um projeto nesse sentido para ver se nós atendemos essa situação.

Temos projetos de pesquisa e documentação. E aqui eu quero mais alguns segundos, Deputada, e o empenho de Vossa Excelência e de todos os Deputados, inclusive do grande Deputado aqui presente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Vossa Excelência é professora e qual foi o dia que Vossa Excelência viu na rede escolar, principalmente na questão da educação física, uma criança ter exame médico, ter testes, tudo conforme o previsto na Lei de Diretrizes e Base da Educação. Nós fizemos uma pesquisa no Município de Cuiabá e tem crianças de 12 a 15 anos com baixo consumo de oxigênio, tem criança que nunca fez atividade física na escola. Isso nós estamos diagnosticando, articulados saúde, educação e esporte, o nível de aptidão física nas nossas crianças, os defeitos posturais existentes. Como é que, se está com baixo consumo de oxigênio, poderá ter aprendido? Não tem. É uma coisa que está dentro da Constituição e não é cumprida.

O Governo tem determinado isso e nós vamos estar articulando. Eu gostaria de contar com o empenho dos nobres Deputados e da Meritíssima, para que nós possamos cumprir esse projeto.

Quero dizer que além de tudo isso, nós temos uma série de eventos esportivos, recreativos e de lazer, mas, pelo tempo que me foi dado, eu terei que encerrar.

Coloco-me à disposição de todos na Secretaria de Esportes, através do telefone 613-4901, inclusive através do meu celular 9981-8796. Estou à disposição de todo e qualquer segmento organizado para tentar articular, orientar ou sair procurando recurso para que possa atender toda sociedade.

Muito obrigado e desculpe se eu me alonguei demais (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Gostaríamos de anunciar a presença do representante do Vereador Sivaldo Dias Campos, Sr. Sirio; da Ivonil Soares de Campos, Conselheira Estadual, representado o Conselho Regional de Assistência Social.

Convido a Dr^a Benedita Rosarinha Arruda Bastos, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e advogada da OAB, para usar da palavra; e depois, por último, o Deputado Nataniel de Jesus.

A SR^a BENEDITA ROSARINHA ARRUDA BASTOS - Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, todas as pessoas presentes, senhores e senhoras, em especial essas e esses adolescentes lindos que estão aqui, e, com carinho muito grande, os adolescentes da Oratória Festiva.

Nós, desde quarta-feira, fomos eleita para presidir esse novo mandato do Conselho Estadual. Neste momento, eu peço licença para falar apenas e tão somente como conselheira representante que fui na OAB até então. Nesse sentido, eu vou falar sobre como o Conselho tem trabalhado na questão da garantia da defesa dos direitos. Muito fácil falar, hoje, aqui, numa fala que já me precedeu, da Terezinha e o Natalício, por questão de trabalharmos juntos.

O Conselho, no ano passado, através de um trabalho exaustivo que nós tivemos com a Sr^a Tetê, com a assistente social, Sr^a Babi, conduzindo-nos, com a Conselheira Ivonil, aqui presente, com a Sr^a Graciela, a Sr^a Alenir, a Sr^a Ivone, da Pestalozzi, a Sr^a Luzia da APAE... Nesses encontros, nós trabalhávamos as questões do plano de ação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente até 2005. Dentro desse plano de ação, nós tínhamos todas as medidas estratégicas traçadas, que cada um dos senhores devem ter recebido aí, que são essas diretrizes aqui. Essas diretrizes, mesmo nascidas desse trabalho nosso no Conselho, foram totalmente embasadas, também, na ansiedade que vem da nação como um todo. E, também, há as diretrizes de âmbito nacional. Além das diretrizes de âmbito nacional, nós tínhamos o resultado da quarta Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo nome que se deu foi Pacto pela Paz. Então, nessas diretrizes nossas de trabalho até 2005, tem toda essa ansiedade voltada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

para a garantia dos direitos, com relação ao nacional. Lógico que aí nós adequamos para a problemática de cada Estado e conseqüentemente de cada município.

Dentre essas diretrizes, uma delas já está sendo cumprida, que é justamente este projeto de fortalecimento que a Sr^a Tetê está coordenando, que é de capacitação dos Conselheiros e dessas visitas aos municípios também. Essa é uma das diretrizes que contém o nosso plano de ação.

Outra medida que está sendo desenvolvida e que nos deixa muito contente é a questão da medida socioeducativa, chamada Liberdade Assistida. Hoje, na televisão, eu notei que um entrevistador ficou meio surpreso, quando foi respondido a ele que a internação deveria ser a última medida socioeducativa a ser aplicada ao adolescente em conflito com a lei. A internação é medida aplicada para os casos mais graves - a Sr^a. Cleocy é quem pode ratificar isso -, mas há escassez de outras medidas, como a liberdade assistida, a reparação do dano, que não é desenvolvida plenamente no nosso Município e no nosso Estado. Entretanto, nós, enquanto Cuiabá, enquanto Município, fomos premiados desde o ano passado, pela CNDB, que conseguiu trazer para nós a execução do Projeto Liberdade Assistida. Esse Projeto está sendo desenvolvido desde o ano passado lá no Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII, do qual nós fazemos parte e somos assessora jurídica dentro do Projeto.

Inclusive, amanhã, nós vamos dar uma capacitação para os novos voluntários. Nós contamos com cinquenta voluntários: casais, homens e mulheres solteiros que se dispuseram a estar cuidando da nossa liberdade assistida ao adolescente em conflito com a lei, que não a infringir de uma forma tão grave, mas de uma forma menos grave, que não merece e que não merecia estar internado.

Outra diretriz contida, aqui, para nós estarmos trabalhando deste ano até 2005, é a implantação e implementação de conselhos tutelares e conselhos de direito em todos os Municípios do Estado. A Dr^a Cleocy lembrou muito bem aqui o inchaço que tem de internação aqui no Complexo Palmeri. Nós, também, temos isso aqui na nossa diretriz. Nós estaremos articulando, já estivemos desde o ano passado, junto à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para que, se não puderem construir prédios, que façam a adequação dos já existentes que estão paralisados, prédios públicos ou privados, para construir unidades de internação em municípios pólos. Que municípios seriam estes? Por exemplo, Cáceres, porque Cáceres tem uma abrangência muito grande de outros municípios menores ao seu redor.

Desta forma, cada município receberia aquele adolescente que cometeu um ato infracional mais grave que necessita de uma medida de internação e, com isso, o Lar do Adolescente não teria esse inchaço e poder-se-ia pensar numa nova dinâmica dentro do lar.

Quero pegar, também, um gancho na fala da Dr^a Cleocy, sobre a questão do Lar do Adolescente, que é uma das prioridades. Nós estamos trabalhando, também, essa questão lá no Conselho. Nós fizemos parte de uma equipe do CREA, através de um pedido de providência dos Juízes da Vara de Atos Infracionais lá da Vara Especializada da Infância e Juventude. Pedimos a visita do CREA para fazer uma avaliação técnica daquele prédio.

E nós, enquanto representante da OAB, demos parecer de que não somos favoráveis à reforma do prédio. Se não puder mudar o espaço físico, que construa um novo espaço, adequado, dentro dos padrões das normas técnicas da ABNT, de engenharia, e, sobretudo, dos padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse foi o nosso parecer.

Outra diretriz que nós temos aqui é fomentar a inserção do Estatuto nas escolas públicas e privadas, porque sempre nós ouvimos que o problema de tudo está na educação e na saúde. Não é verdade? Se desde pequenas as crianças aprenderem que no Estatuto da Criança e do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Adolescente tem proteção, mas tem obrigação, vão passar a defendê-lo, porque nós, que trabalhamos com o Estatuto, somos marginalizados, somos chamados de adultos que defendem delinquentes. Eu não sei se alguém já ouviu isso aqui, mas eu já cansei de ouvir. Dizem para nós que o Estatuto só tem direito, mas não tem dever. O que não é verdade! Eu costumo comparar e dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente é mais severo na área infracional do que o próprio Código Penal. Não é, Dr^a Cleocy? Porque o Estatuto não dá as benesses de tantos recursos que o Código Penal dá para um adulto.

Nós temos, também, a implantação do fórum de discussão nos municípios para trabalharmos com os adolescentes e com as adolescentes que têm dependência química. E tantas outras diretrizes que teremos que cumprir até 2005.

Cada um já recebeu e nós temos tudo isso disponível no *site* www.cdeca.gov.br. Nossa meta é aumentar em 72% a atuação do Conselho no que tange a garantia de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Como já foi dito, aqui, pela Tetê, o grande entrave para todos nós é a questão do orçamento, é a questão do financiamento.

Nas Diretrizes Nacionais de 2001 a 2005, há uma parte que diz sobre as estratégias das Diretrizes: “Assegurar que as três esferas de Governo destinem no mínimo 1% de cada orçamento para o Fundo da Criança e do Adolescente; assegurar que parte dos recursos arrecadados pelas loterias federais e estaduais possam ser repassados aos Fundos da Criança e do Adolescente; assegurar que os recursos advindos de multas administrativas...”

Nós temos muitas multas, que nos levam à loucura. Eu, pelo menos, como profissional do Direito, entro com dez mandados de segurança por dia contra o DETRAN.

“...previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sejam repassados ao Fundo da Criança e do Adolescente”.

O mais importante, que eu reputo aqui é promover uma campanha nacional - assim como nós temos essa diretriz no Estadual - para divulgação do Fundo da Criança e do Adolescente, informando sobre as vantagens das pessoas físicas e jurídicas aplicarem no Fundo, que é a isenção do imposto de renda.

Eu fiquei muito feliz com relação à questão do Fundo, agora, nesse momento, quando o Secretário de Esporte e Lazer nos conclama a estar apresentando os projetos também para serem subsidiados de uma outra maneira, não só pelo Fundo.

A fala tem que ser curta em função do tempo. Nós vamos ter horários de plantão lá no Conselho Estadual de Defesa, que agora está funcionando junto à Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, onde era a antiga FEMA. Nós estamos à disposição para estar elucidando qualquer dúvida e dando qualquer informação.

Nós queremos dizer, como dizem os mais velhos e os mais sábios, que uma mão sozinha não faz nada, as duas lavam a cara. Então, sem a mão de cada um de vocês, juntos conosco, sem a colaboração de cada um, nós não vamos poder fazer absolutamente nada.

Toda crítica e toda sugestão é bem-vinda. Esperamos estar sendo chamados para estar participando com vocês.

Eu encerro, mais uma vez, pedindo licença a Rui Barbosa e dizendo, como ele sempre dizia: “Maior que a tristeza em não haver vencido é a vergonha de não haver lutado.” Eu luto sempre, mesmo que caindo, mesmo que errando, porque é através dos erros que se acerta. Essa é a minha grande esperança. Muito obrigada (APLAUSOS)!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Eu quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, minha colega. Quero cumprimentar, também, a Dr^a Cleocy Terezinha, em nome de quem cumprimento todos, devido ao tempo.

Senhoras e senhores:

Esse problema da criança e do adolescente é muito sério. É mais sério do que se possa imaginar. É como estar num laboratório e ficar fazendo testes para saber o que vai acontecer no futuro.

Criança é um caso muito sério! Se nós não soubermos trabalhar uma criança, nós teremos no futuro homens que estarão agindo, como nós vemos hoje homens desequilibrados, que estão fazendo guerras, lutando muitas vezes por sua própria causa e por sua própria honra, não pensando na honra do seu próximo, dos demais.

Nós precisamos ter muito cuidado com as crianças, trabalhar o caráter delas. Os adolescentes já estão mais avançados, e justamente é na adolescência que se dá a formação do caráter, na idade mais forte, quando a criança aprende um caráter, quanto ela imita o jogador, o professor, o padre, o pastor, etc. Aquilo que ela vê no cinema, na TV, ela vai se propor a imitar e vai, então, construir um caráter. Esse é um dos motivos importantes para cuidarmos melhor de nossas crianças. Precisamos cobrar do Governo, ter garantias de assistência mais adequadas para nossas crianças e adolescentes.

Nós ouvimos aqui as falas, muito bem colocadas, de vários senhores e senhoras, sempre com uma preocupação.

Agora, como Parlamentar e também como Presidente da Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, Adolescente e ao Idoso, e aqui no caso, criança e adolescente, eu quero me dispor a lutar, batalhar por essa bandeira.

Lá no Rio de Janeiro é chamado de FEBEM e aqui de Lar do Adolescente. Só muda o nome, mas de lar... Dizem assim: "lar, doce lar". Não tem um dito assim? Mas lá é "lar, amargo lar". Não é isso, Coronel? Não é isso, Doutora?

Quero me colocar aqui como parceiro da doutora, da Juíza Cleocy Terezinha, nessa luta, bem como também ao lado do Coronel e da Deputada Verinha Araújo. Para onde os senhores quiserem levar o Deputado Nataniel de Jesus, para investigar, fiscalizar, combater, para elaborar projetos de leis mais justos, para amparar essas crianças, podem contar comigo, podem contar comigo. Eu não estou preocupado com obras monumentais, com pontes, com bustos, mas estou preocupado com caráter. O que nós vamos plantar na mente e no coração dessas crianças.

Será que hoje um adolescente dessa casa, amarga casa; desse lar, amargo lar, ao sair dali, será que ele está preparado, Sr. Coronel, para ingressar na corporação da Polícia Militar?

Eles estão ali para serem avaliados, e recuperados, e integrados à sociedade. Será que eles poderiam prestar, hoje, serviço em uma corporação militar? Por exemplo, na Polícia Militar? Será? Eu tenho certeza de que não. É por isso que nós estamos aqui, todos nós, não somente eu, todos nós estamos aqui para reunirmos forças, para levarmos até ao Governador nossos projetos, todas as nossas necessidades.

Ontem eu fiquei muito triste, Deputada Verinha Araújo, quando nós estávamos votando um Veto do ex-Governador Rogério Sales, no caso. Os Deputados que formam a Bancada do Governo, parece-me que eles votaram contra o projeto. Eu não me importo se eram contra, Deputada, sem querer censurar Vossa Excelência, mas se era do ex-governador Rogério Sales, até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ponderamos a respeito disso com os Deputados, se era do ex-governador Rogério Sales ou se era do ex-governador Dante de Oliveira ou se é do Governador Blairo Maggi... Quando se trata de criança, eu acho que nós não temos que estar ali, medindo, sabendo se sou da Bancada do Governador, ou se eu sou oposição, ou se eu sou do bloco independente. O PMDB é um bloco independente, mas quando eu tiver que votar a favor do Governador, do Governo, porque vejo que é algo realmente importante para a sociedade, podem ter a certeza de que eu vou votar do lado do Governador.

Ontem, por exemplo, o projeto do ex-Deputado Benedito Pinto, que tratava sobre a paz nas escolas, é muito importante para as crianças e adolescentes. É um projeto que foi vetado, aprovado pela Assembléia Legislativa, pelos seus Deputados, mas vetado pelo Sr. Governador, e voltou para a Casa, ontem, para ser apreciado outra vez e aqui foi reprovado, quer dizer que foi mantido o veto. Eu não consigo entender por que os Deputados aprovam e, depois que o Sr. Governador dá o parecer, desaprovam o mesmo projeto.

Bem, eu vou manter o meu caráter. Eu vou manter o meu caráter. Vou sempre estar ao lado do mais fraco. Não me importo se perdermos, como perdemos ontem. Não importa se eu perder, como eu perdi ontem, como os meus colegas que votaram comigo. Foram apenas sete que votaram a favor da criança e do adolescente. O importante é lutarmos. Como diz o Presidente Lula: a luta continua.

Deputada Verinha Araújo, a luta continua e nós vamos lutar. Eu apresentei também, ontem, um projeto para ter, nas contas de luz ou de telefone, a fotografia de, pelos menos, três crianças desaparecidas, raptadas, ou não sei lá o quê. Tem lá a justificativa no projeto; depois os senhores poderão pegar uma cópia.

Há uma preocupação nossa com a criança, com o adolescente e também com o idoso. Hoje de manhã, nós já tivemos uma reunião, eu, a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Eliene, na Câmara dos Vereadores aqui em Cuiabá, e o assunto também foi o idoso.

Eu não quero me alongar. Quero agradecer a oportunidade de falar. Quero dizer que vocês podem contar com o pastor Deputado Nataniel de Jesus, o seu Deputado. Tenho certeza de que nós seremos de grande valia, de grande ajuda para as crianças do nosso querido Mato Grosso. (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Os dois projetos a que o Deputado Nataniel de Jesus está se referindo, um deles trata de recurso, são dois projetos. Um foi votado, na terça-feira, e o outro, na quarta-feira. Um trata de ações integradas com a PROSOL para recuperação de crianças infratoras e o outro é com relação a desenvolvimento de ações de pais nas escolas com crianças que tenham problemas relacionados a drogas, etc. Os dois projetos foram vetados pelo ex-Governador Rogério Salles. Vieram para esta Casa, e os vetos foram mantidos, com o meu voto contrário aos vetos apostos aos dois projetos. Nós precisaríamos de trezes votos para derrubar.

Eu gostaria, ainda, de passar a palavra para o Sr. Wilton Coelho, um companheiro nosso que pediu para utilizar a palavra. Ele é Coordenador do Programa Xané, da Secretaria de Educação, SEDUC. Depois, nós vamos iniciar o debate com a fala do Néio Lúcio, do Projeto Siminino.

O SR. WILTON COELHO - Gostaria de cumprimentar todos os presentes, os componentes da Mesa, as mulheres, na pessoa da Deputada Verinha Araújo e também na pessoa da Dr^a Rosarinha, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual também fazemos parte.

Boa-tarde a todos!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Realmente, é um prazer estar aqui, neste momento, como Coordenador do Programa Xané, um Programa que já está entrando no seu nono ano, pois já existe há oito anos. O Governador Blairo Maggi, juntamente com o Secretário de Educação, Dr. Gabriel Novis Neves, mostrando a coerência, vai deixar que realmente prossiga o Programa Xané (APLAUSOS). Houve um pedido feito pela maioria dos prefeitos, diretores, professores em todo o interior de Mato Grosso e na Capital também. Atendendo a esse pedido, o Programa Xané vai continuar. Ele não olhou quem foi a pessoa que começou, o Governo anterior, oito anos já com o Programa. Não! Ele vai continuar! O Programa deu certo, é um Programa que atende a criança e o adolescente.

Eu vejo que assim o Governo já está fazendo um pouco em prol da criança e do adolescente, porque o Programa Xané é mais que uma ação do Governo, é um grande desafio no trabalho de atenção integral à criança e ao adolescente. Neste ano nós temos um grande desafio: colocar a educação como um eixo norteador, articulador com as outras áreas, tirando a criança da ociosidade, tirando a criança da rua, dando a ela uma outra atividade num outro período, após o período de aula. Ele tem o reforço escolar, ele tem as outras atividades, as oficinas. É um Programa que realmente esperamos colocar algumas inovações já no transcorrer deste ano, mas que nós vamos atender, neste ano, 55 mil crianças em todo o Estado de Mato Grosso, beneficiando assim 91 municípios e atendendo 195 unidades escolares em todo o Estado de Mato Grosso.

Eu vejo que esse Programa pode também estar contribuindo para que nós possamos estar atendendo a criança e o adolescente, tirando as crianças da rua, da marginalidade, dando realmente uma atenção integral, como disse o companheiro, Secretário Ademir Moreira Neves, “criança bem alimentada”. Nós estamos mexendo com crianças carentes, então, dando uma boa alimentação para essas crianças, dando reforço escolar, dando, assim, participação no esporte, participação com outras áreas, a área de proteção, a área de saúde... Então, o eixo norteador desse Programa é por aí, educação juntamente com as áreas sociais básicas.

Eu gostaria de agradecer por esta oportunidade. Estamos na Secretaria Estadual de Educação, esperamos que esse Programa possa, realmente, estar contribuindo para que possamos já fazer um pouco em prol das crianças e dos adolescentes. Muito obrigado por esta oportunidade (APLAUSOS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Deputado Nataniel de Jesus terá que se retirar, em razão de um compromisso. Pediu desculpas, e coloca-se à disposição com relação à questão que estamos debatendo.

Com a palavra, o Sr. Néio Lúcio Monteiro Lima.

O SR. NÉIO LÚCIO MONTEIRO LIMA - Muito obrigado pela oportunidade.

Queremos parabenizá-la por esta Audiência Pública, Deputada Verinha Araújo.

Gostaríamos de falar mais, falar muito, debater, colocar para fora, em defesa da nossa criança, do nosso adolescente, mas o tempo não nos permite. Nós gostaríamos de deixar registrada em nossa fala a importância destes que irão assumir a nossa sociedade em mais alguns anos e nós não estamos vendo políticas públicas que venham assegurar esse direito na forma da educação, da cultura, de bons hábitos e costumes. Nós percebemos, gostaríamos de estar enganados, quero estar enganado, que há uma linguagem de dar esmola, precisamos fazer para nossas crianças, precisamos dar isso, dar aquilo, para alguns ainda é intitulado como “aborrecente”. Quer dizer, o adolescente, a criança, o jovem aborrece, quer dizer, esses, que queiramos ou não, estarão assumindo a nossa sociedade, dentro de cinco a dez anos, aborrecem-nos. Se aborrecem-nos, não estão recebendo educação, não estão recebendo cultura, não têm bons hábitos, não têm bons costumes. Estamos aí deixando uma herança social a eles, de corrupção, de desmando, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

prostituição infantil, de miséria, de fome, de dor, de abandono. Infelizmente, nós é que estaremos recebendo a atuação deles dentro de alguns anos. Quer dizer, já estamos. Temos um segmento social que diz crime organizado e sociedade civilizada, sociedade organizada.

A sociedade organizada deixa a desejar, porque o crime organizado não tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas ampara a criança, dá o salário no desmanche do carro, na entrega da cocaína, na prostituição, garante casa, garante comida, tem leis, tem um regimento, tem uma organização dentro a precisa obedecer, tem que entregar o produto do roubo, precisa cumprir metas, precisa dar apoio ao grupo de que faz parte e que se organiza de tal forma que a sociedade intitulada organizada passa para o lado dele. Uma parte do Estado é honesta e a outra parte desonesta, porque ele consegue, de forma organizada, atingir a nossa sociedade, aqueles que deveriam estar assumindo a responsabilidade na direção correta e digna do nosso Estado.

Infelizmente, isso acontece e a sociedade organizada deixa ao abandono, sem trabalho, sem aprendizado, sem escola. Para se discutir verba para criança é uma dificuldade, as ONGs existem por quê?

No momento da história em que o Poder público deixou de cumprir o seu papel, a sociedade organizou-se no amparo à criança, e aí entrou o católico, o evangélico, o espírita, a maçonaria, o *Lions*, o *Rotary*, entraram as damas de caridade, entrou o empresariado. O Estado deixou de cumprir o seu papel e surgiram as chamadas ONGs - organizações não governamentais. Por que existe isso? Porque, como o Governo não faz o seu papel, a sociedade cria dispositivos para amparar-se e aí o Governo omite-se, infelizmente, é o que vem acontecendo ao longo da nossa história, ao chegar a 30% da população em estado de miséria extrema. Não se fala na pobreza. É interessante que podemos fixar que 30% do Brasil são pobres, são miseráveis. Não é isso. São 80%. Se a estatística diz que 2% são ricos, não temos uma base da classe média, mas vamos colocar 10% a 15%, o resto é pobre, miserável. O Risco Brasil corre lá pela casa dos mil e quatrocentos. Por quê? Porque o ser humano que deveria estar se preparando para assumir, não está sendo, a sociedade que deveria ser organizada, culta, com bons hábitos e costumes, não é. Estamos apoiados num País rico de ouro, petróleo, urânio, alumínio, disso e daquilo, de fauna e de flora, mas um país que não tem fauna, não flora, não tem a Amazônia, não tem ouro e não tem nada, tem ciência e tecnologia, tem bons hábitos e costumes, tem universidades, tem escolas. Esses são os países do primeiro mundo, infelizmente.

Nós que estamos na defesa dos nossos jovens gostaríamos de merecer um assento nas discussões de políticas públicas para aqueles que estarão recebendo a influência, a direção, a administração das políticas públicas, sejam elas bem direcionadas, com foco, porque surgiu a problemática social hoje em consequência das irregularidades do ontem. Se continuar assim, nós vamos ter uma projeção geométrica de não trinta por cento, mas de sessenta por cento, setenta por cento, oitenta por cento, porque por enquanto não tem política pública de combate ao abandono humano, nós não estamos nem combatendo a miséria, o abandono humano continua. Usa-se a camisinha para evitar a morte pela AIDS, mas não se usa camisinha para evitar o abandono humano. E a criança, o cidadão para sobreviver, aos dez, onze anos, tem que começar a matar, não por maldade, mas por uma questão de sobrevivência, porque já está morto, não tem valores, não tem um caminho, não tem um segmento, não tem um amparo. É isso que nós vamos herdar também, porque nós estamos caminhando para a terceira idade e seremos substituídos pelos novos que estarão sendo preparados, ou melhor, despreparados e terão que assumir.

Gostaríamos de fazer parte numa nova oportunidade. No momento, agradecemos com esse breve relato. Muito obrigado (APLAUSOS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Milton Severino da Silva, Presidente da União das ONGs de Várzea Grande.

Infelizmente, o tempo é algo contra o qual corremos.

Nós pedimos aos companheiros que falem dentro do tempo, porque já vão ser 17 horas.

Depois nós queremos, no final, quais são as ações que nós vamos estar encaminhando, porque é o sentido da Audiência Pública.

O SR. MILTON SEVERINO DA SILVA - Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite.

A União das ONGs está se organizando para que possa reivindicar um caminho social para as não governamentais.

Eu gostaria de parabenizar o coronel e gostaria de fazer uma colocação que o senhor já fez.

Gostaria também de parabenizar a nossa guerreira juíza, o meu nome também é Milton Guerreiro, estou na briga há doze anos, faço o social, tenho duzentas crianças em Várzea Grande, creche, pré-escola, bombeirinhos mirins ecológicos. Graças a Deus vai se tornar nacional, junto com os bombeiros, o Coronel Guilherme que teve uma visão forte, mas eu não estou aqui para dizer muito sobre a nossa ONG.

Gostaria de parabenizar a ONG do Sr. Pedro, do Pirineu, que faz um trabalho muito bom e que também faz parte da nossa União; a Santa Luzia, de Capão Grande, que é da dona Dália, da Cida, e vários outras ONGs. Estamos hoje em vinte e duas. Estamos provisoriamente, sou Presidente provisório, mas provavelmente logo estaremos encaminhando essa posição para “B”, para um juizado, porque nós estamos atravessando um momento muito difícil, principalmente pelo lugar onde moramos em Várzea Grande. É um lugar muito... Como se diz, o social avança e cresce ao mesmo tempo.

As políticas sociais para as ONGs têm que ter uma direção.

O Sr. Néio, do Projeto Siminino, está fazendo um trabalho social muito bom também, mas encontra-se em dificuldade. Se nós não nos unirmos, não iremos longe, como disse o Sr. Natalino. Eu acho que nós precisamos acabar com essa ilusão, nós temos que nos organizar, mostrando onde estão os defeitos e reivindicando os direitos.

Agora, à nossa Deputada, eu só faço um pedido: nós estamos surgindo das cinzas, ressurgindo das cinzas, com essas ONGs que vêm fortes, reivindicando seus direitos, dentro da lei e cumprindo os seus deveres, o que também é importantíssimo. Gostaria que Vossa Excelência se lembrasse, quando for fazer uma política da criança e do adolescente, que há dois sentidos: existem as entidades governamentais e as não governamentais. Aquelas, também fazem um verdadeiro trabalho. São as que estão no dia-a-dia, são as que estão lá. Nós estamos num bairro - vocês precisam ver, senhores, que situação - em que cada um faz uma panelinha de sopa e dá para suas crianças. Disso ninguém se lembra. Isso é como se não existisse.

Tem que haver uma política social para que amanhã essas ONGs não cheguem a uma Secretaria de Esportes... E o Secretário está aqui. A juíza também poderia analisar o que vamos colocar agora. Nós temos reclamações de muitas “onguinhas” que chegam lá tremendo e no primeiro bafo elas saem correndo. Por quê? Eu estou dizendo a verdade, é a realidade. Ele faz o social, mas não é compreendido. Chega lá com uma pastinha debaixo dos braços e ouve: “não, você tem que ter isso, você tem que ter aquilo, você tem que ter o aval...”. Então, não existe uma Secretaria em nosso Município que consiga comprar uma caixa de fósforo, que consiga dar uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

bola para um moleque brincar. Essa não é a realidade. Aí vem o Sr. Pelé falando que vêm muitos milhões e os nossos Secretários estão com um monte de projetos. Não estou falando que o Sr. Secretário esteja dando bafo, por enquanto... Então, Sr. Secretário, quando alguém bater a sua porta, analise, veja aquele coitado, porque ele ajuda cinco, dez, quinze molequinhos lá num campinho, dando, pelos menos, alguma vida para essas crianças. E a ONG vai brigar nesse sistema, o senhor vai precisar do apoio dela com certeza, do apoio do Fórum... Eu sou um dos mais velhos do Fórum, Sr. Natalino. Eu sou o mais velho aqui do Fórum da Dr. Lílian Alves Ferreira. Estou lá há quatorze anos e orgulho-me de ser um policial civil. Por isso que nós estamos indo devagarzinho.

Eu acho que a senhora é uma batalhadora. Eu acho que nós precisamos acabar com essa linha dura. Enquanto nós estamos tentando tirar as crianças de sete a doze anos das ruas, não tem um programa certo para elas. Dizem que essa criança está boa, mas esta é a que mais necessita. Se você for a cada lugarzinho por aí, verá que há crianças com oito, dez, quinze anos que estão perdidas.

Precisa-se, a senhora que é Deputada, criar políticas, porque nos bairros deve ter várias ONGs, as pequenininhas, para segurar as crianças, para impedi-las de irem para o meio das ruas. Eu fico com o coração cortado quando eu as vejo. Têm umas duzentas. Corta-me o coração quando eu chego num mercado e têm dez, doze moleques: “tio, o senhor tem uma moedinha?”. Ele está necessitando, sim, da família. Ele está necessitando.

Ah, você está dando por quê? Porque nós temos uma política social sucateada, a política está sucateada, ela não está dando os seus direitos. Então, a ONG vem renascendo, ela vai cobrar, ela vai lutar por seus direitos - ouviram, senhores? Estaremos enviando as documentações e eu talvez não serei o Presidente, porque sou provisório. Nós somos doze batalhadores.

Eu fico emocionado, Coronel. O Coronel Oliveira é meu amigo, e eu tenho um PM-júnior que me ajuda, é um parceiro muito forte.

Então, eu gostaria que a senhora olhasse também. Hoje nós temos uma defensora muito forte em favor dos mais fracos, que é a Sr^a Alenir Auxiliadora Ferreira da Silva. A sua fala é certa, a sua fala ganhou a nossa União de Várzea Grande. A senhora tenha certeza de que nós estaremos encaminhando e prontos para corrermos juntos. Muito obrigado (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu gostaria que o Cerimonial recolhesse o nome de todas as entidades não governamentais que estão aqui, até porque depois faremos um encaminhamento com relação a essa questão.

Nós chamamos, agora, para fazer uso da palavra, a Sr^a Maurília Borges.

Estão inscritos a Sr^a Maurília Borges, o Sr. Zé Lourenço, a Sr^a Marlene, o Sr. Círio e a Sr^a Regina.

Quem quiser se inscrever, por favor, durante o pronunciamento da Sr^a Maurília, faça com as companheiras do Cerimonial.

A SR^a MAURÍLIA BORGES - Boa-tarde, Deputada, membros da Mesa e todos da platéia.

Meu nome é Maurília Borges. Eu sou fundadora e Diretora-Presidente da Instituição de Caridade Santa Luzia, uma ONG. Ali eu estou vendo uma irmã da nossa Igreja Católica. Foi uma promessa que eu fiz e alcancei a benção.

Aos meus dezesseis anos eu fiquei cega. Na ocasião, com o desespero de uma adolescente de dezesseis anos, eu disse para Santa Luzia que se ela recuperasse a minha vista eu faria esse trabalho. Não importaria quando. Seria quando ela me chamasse. Há doze anos atrás ela me chamou e aqui estou.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostei muito das suas palavras. Eu gostaria que você, por gentileza, repetisse o seu nome (PAUSA). Natalino.

Vocês já viram uma pessoa receber um convite para uma festa. Ela vai toda satisfeita. Têm outras que pulam o muro, vão de penetra. Eu sou uma delas. Eu não recebi o convite. Eu vim de penetra. Que coisa maravilhosa. Que festa de arromba é esta. Maravilha de festa. As bebidas que estão sendo servidas, aqui, hoje, esses ideais que nos estão sendo repassados são maravilhosos.

Eu gostaria... Vou sair do lugar, porque, para chegar até as pessoas, eu tenho que caminhar, e eu estou de salto...

O senhor, adorei as suas palavras, sem desprezar as outras, e vou dizer porquê. Eu tenho, no meu bairro, porque eu, também, sou Presidente de Bairro, sou Conselheira do Conselho Deliberativo, jovens que não eram para ficar na 8ª série do nosso colégio, porque são terríveis. A Diretora escreveu: "Não tem matrícula para 8ª série, não adianta insistir". Eu falei: Por que não? Você é Diretora, mas você está sendo mandatária. Nós temos, sim, problemas com nossos jovens. Temos! A senhora veio lá da cidade, está sendo nossa Diretora, não é eterna. Como nós a colocamos, nós podemos tirá-la. A senhora vai fazer a matrícula, sim, porque eu sou a Presidente do Bairro, são meus jovens, são problemáticos, mas até o ano que vem eu já terei conversado com eles. Então, eu reuni os piores para conversar, tanto as meninas como os rapazes. Eu fiz deles líderes do nosso Bairro.

Eu estou falando com o senhor, Secretário. Dá para o senhor se levantar um pouquinho, chegar mais para cá, porque eu quero olhar para o senhor. Muito bem. Os meus óculos estão ruins, gente. Muito bem, por causa do meu tamanho, eu estou sempre pulando para enxergar alguma coisa, mas eu quero enxergar.

Muito bom! Vamos deixá-lo de pé, perto de mim, que é melhor ainda, porque eu quero olhar nos olhos dele. Ele disse que a Secretaria de Desporto e Lazer está aberta, mas só falta o cadastro. Não foi isso que o senhor disse?

O SR. ADEMIR NEVES MOREIRA - Eu vim aqui e até, desculpe a Mesa, sinto-me lisonjeado.

Todos os projetos que têm intenção social podem ser encaminhados, desde que pela representatividade. Nós vamos analisar com carinho e a parte de esporte, com certeza, será complementada.

Existem projetos que vão, que não tem cunho... O cunho é paternalista, assistencialista e fisiologista. Eu vou me retirar depois de ouvir a sua brilhante fala e dizer que lá está aberto para o Sr. Milton e para todas as ONGs, desde que tenham o cunho eminentemente social e nós vamos fazer todo o possível para atender. Entendeu, Deputada?

A SRª MAURÍLIA BORGES - Esse cunho, eu quero dizer para o senhor que seja com os piores elementos que estiverem em nosso bairro, porque, abraçando o esporte, fazendo estatuto, colocando eles dentro do estatuto, eles melhorarão. São jovens precisando de pessoas que acreditem neles, porque todos aqueles que vão para criticá-los, mandá-los embora, para expulsá-los de perto como de fossem uma coisa qualquer, eles serão piores.

Eu vou visitar o senhor lá. Eu vou levar o cadastro deles. Eu vou pedir para o senhor: rede, bola, e vou jogar bola junto com ele. Eu já fui técnica ali dentro. Eu sou tudo ali dentro. E o senhor vai lá. Eu quero que o senhor conheça os nossos jovens e nos ajude. Eu quero o senhor, não quero representação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ADEMIR NEVES MOREIRA - Se eu não estiver na Secretaria... Eu até esqueci, mas ele me abafa tanto que eu até me esqueci dele, do Ferreira. O Ferreira faz parte do Conselho da Criança e do Adolescente. Ele representa o Conselho da Criança e do Adolescente na parte do esporte e lazer nos nossos municípios. Ele é tão competente que eu fiquei até encolhido.

A SR^a MAURÍLIA BORGES - Pois é, mas nós queremos o senhor lá, porque eu quero que fale meia dúzia de palavras. Se o senhor caminhasse bairro a bairro e visse a quantidade de jovens que estamos perdendo, que serão o nosso futuro, o meu e o seu. Eu já estou com sessenta e dois anos, talvez eu vá logo e o senhor ainda continue. É o seu futuro, porque o meu é sete palmos, se Deus quiser, e aqui em Mato Grosso.

Espero viver mais uns trinta anos para dar continuidade à minha instituição. Essas crianças são os futuros de vocês, porque eu estou passando.

Eu quero dizer só uma coisa a vocês: a única coisa que está se perdendo, pela qual estou aqui e quero dizer aos Srs. Deputados que existe recesso político, mas estômago de criança não tem recesso (APLAUSOS).

No ano passado, em novembro, pararam os programas de assistência social às ONGs, pararam. Não deram mais um grão de arroz e eu nunca ganhei do Governo nenhum pacote de feijão, mas meus filhos comem feijão todos os dias, porque eu vou às máquinas, eu vou às portas e eu peço para eles comerem, mas é obrigação do Governo nos dar assistência e não estão dando. É obrigação. Nós estamos fazendo o nosso trabalho gratuito. Por que não o Governo investir mais nas ONGs?

Nós fomos com as crianças até o dia 23 de dezembro, antevéspera do Natal, mas em novembro parou a programação. Criança com fome aprende? O que é isso?

Sr^a Deputada, e eu vou chegar mais perto, gostei de sua fala.

Meritíssima Juíza, eu estou quase todos os dias com a Dr^a Maria Herotildes e ela sabe do meu trabalho por toda a nossa comunidade lá em Várzea Grande.

Eu também sou Conselheira Municipal do Conselho dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Então, veja o meu desespero em ver uma panela vazia. Eu tenho lá o meu fogão a lenha e tenho que sair igual doida lá no Big Lar, batendo, pedindo verdura, que está lá atrás, catando o que está melhor, lavando e fazendo para as crianças. Isso é vida? É como alguém disse: “fazendo promoção de pizza”. Eu dei risada lá, porque todos os sábados eu faço promoção de pizza para angariar dinheiro, para dar o pão para as crianças durante a semana. Só falta eu fazer o que o senhor falou: “pegar o pires e sair”. Só falta isso. Eu não sabia que podia pegar pires. Eu vou pegar pires também até o Governo olhar para nós. Que Fome Zero é essa que o Lula só está falando, mas não está fazendo nada! Nada (APLAUSOS)!

Eu vou pedir sacolão e falam: “Aquele povo tem que aprender a plantar, aprender a semear, a tirar da terra o alimento”. Só o sacolão... Ninguém é porco para viver só de comida. Ninguém quer só chiqueiro.

Ensine aquele povo a trabalhar, dê condições para eles. Cem metros quadrados dão para fazer uma horta. Dê sementes.

Só o sacolão, só o arroz e o feijão... Não aceito.

É como ele disse - ele é patriota, muito patriota - pessoas da nossa idade são patriotas, tínhamos orgulho de botar a mão no peito para cantar o Hino Nacional. Eu sei cantar o Hino Nacional todinho. As pessoas de hoje têm vergonha, botam os braços para trás, aliás, não sabem cantar. Se vocês quiserem eu canto o Hino Nacional, mas não vai dar porque eu vou tomar muito tempo. Eu só estou revoltada, revoltada, revoltada...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Cadê o programa social? Eu vim de penetra para perguntar: cadê o programa social das ONGs? Cadê meu dinheiro? Cadê a comida para eu dar a minhas crianças?

Seu eu ficar só na balela, falando bonito, não resolve. Eu posso ter um português corrente, mas não vou ficar aqui balelando.

Eu gostaria que vocês conhecessem a minha instituição, porque eu entrei nesta festa de penetra, mas ela está maravilhosa. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Dona Maurília, eu quero dizer para a senhora que eu já pedi para todas as entidades que estão aqui passar o nome e o endereço, porque nós temos um encaminhamento sobre isso.

A SR^a MAURÍLIA BORGES - Sim, Sr^a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço à senhora e digo que a melhor festa é aquela em que vamos de penetra.

A SR^a MAURÍLIA BORGES - É verdade, eu adorei pular esse muro (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu quero convidar a Sr^a Regina, que solicitou a palavra...

O Sr. Ademir Neves Moreira - Deputada Verinha Araújo, solicito a palavra.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Secretário Ademir Neves Moreira.

O SR. ADEMIR NEVES MOREIRA - Eu quero me ausentar com a autorização da plenária e dos senhores e dizer a todas as entidades, que eu estou à disposição, que a porta está aberta lá.

Encaminhando os projetos, com certeza nós vamos atender dentro da nossa disponibilidade, principalmente porque nós temos o material do Pintando a Liberdade, que é confeccionado lá na Mata Grande, que é exatamente reservado para atender a essas entidades.

Então, estou à disposição, ninguém foi me procurar até agora. O Sr Néio que falou comigo disse que ia me procurar, mas não foi lá de novo para nós formarmos o Projeto Siminino, do qual fui um dos idealizadores, junto com o Coronel Sales. Quer dizer, olha vamos gritar, mas antes, primeiro, procure-me, para depois falar. Então, eu estou à disposição para isso, talvez eu não poderei atender a tudo, mas eu achei de grande valia. Estão de parabéns. Eu estou pronto lá para a senhora dar as chibatadas, encaminhar à Juíza.

Nós do Governo Blairo Maggi estamos empenhados, junto com vocês todos aqui, para minimizar essa problemática.

Um abraço e que Deus ilumine, e que nós saíamos daqui com um rumo definido.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Regina; depois, o Sr. José Lourenço.

A SR^a REGINA - Boa-tarde a todos!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, parabenizá-la por essa iniciativa.

Aqui estou representando a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania. Na Secretaria de Estado, nós estamos desenvolvendo um trabalho junto aos Conselhos de Direitos... Hoje, existem oito Conselhos de Direitos que estão vinculados à Secretaria.

Nesta semana mesmo, a Secretária Terezinha Maggi promoveu o Fórum da Pessoa Portadora de Deficiência, com o objetivo de promover a inclusão social desse segmento e instituir o Conselho. Esse fórum vai se organizar e trabalhar para constituir grupos de trabalho para estar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

discutindo a política de inclusão social de garantias de direito de cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Gostaria de dizer que a Secretária está empenhada nesse trabalho e o objetivo é fomentar os conselhos, instituir fóruns em todos os conselhos, nos quais ainda não existam, a exemplo do Conselho da Criança e do Adolescente, com o objetivo de maior participação popular.

Gostaria aqui também, na oportunidade, de convidar as entidades para estar se cadastrando nesse fórum, todas as entidades que tenham algum tipo de atendimento, para que esse segmento da população procure a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, que funciona no antigo prédio da FEMA, através da Coordenação dos Conselhos, para se cadastrar e estar participando conosco. Temos outros trabalhos desenvolvidos também.

Temos o Fórum da Habitação que está aberto à participação das entidades. Também a Secretária está desenvolvendo políticas de inclusão social, como o resgate da cidadania - há um provérbio popular que diz “não dar o peixe, mas, sim, ensinar a pescar” -, para que o excluído de hoje, amanhã consiga caminhar sozinho, sem ter essa política de pires na mão, como foi falado aqui.

Também quero parabenizar todos que falaram.

Outra questão que eu acho que é uma questão de cidadania mesmo é a questão política, porque a grande maioria das pessoas fala: Ah, política. Eu estou fora. Isso aí é coisa de pessoas que não têm caráter. Nós precisamos mudar essa mentalidade. Só a partir do momento em que pessoas sérias ingressarem na política, nós vamos estar mudando a realidade deste País.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que a Secretaria está aberta para receber todos e auxiliar no que for possível. Muito obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Sr. Natalício tem uma sugestão aqui.

Eu gostaria de pedir para que as pessoas não se retirassem ainda, porque têm três pessoas inscritas, para nós concluirmos a nossa Audiência Pública.

Quero dizer ao Néio que nós estamos tentando uma audiência com o Secretário de Educação para resolver o problema lá.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Regina, eu gostaria de saber se a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, já que não foi criada ainda a Secretaria de Ação Social, porque talvez só mudando o nome “Cidadania” para “Assunto Social” resolveria o problema, vai ter algum projeto ligado a essa área, inclusive, quem sabe “Mãos Unidas pela Infância e Adolescência” ou Projeto Mãos Cidadãs, que já é *slogan* do Governo. Já criamos um projeto, o nome já está dado, é só começar elaborar o projeto. Gostaria de saber se teremos algum projeto lá.

A SR^a REGINA - Olha, com certeza terá projeto. Eu não tenho agora informações para estar repassando, mas com certeza terá. Essa questão da Secretaria de Ação Social é uma questão que passa pela decisão do Governador, como os Secretários.

Eu aqui não tenho informações para estar repassando, mas eu sei que estão discutindo isso e que, brevemente, será tomada uma decisão com relação a isso e com as ações da questão que está a cargo da PROSOL ou da Secretaria que vier a suceder.

O senhor pode procurar o Conselho da Criança e do Adolescente que poderemos nos inteirar lá e passar as informações. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Marlene Anchieta.

A SR^a MARLENE ANCHIETA - Boa-tarde!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Meu nome é Marlene Anchieta, eu queria ter aqui a permissão para falar mais como técnica, como assistente social, do que como assessora parlamentar - eu sou assessora parlamentar do Deputado Carlão Nascimento. Quero fazer um cumprimento à Mesa, um cumprimento especial à Dr^a Cleocy, pois tivemos um trabalho muito grande na área de assistência social, quando eu trabalhava na Prefeitura; à Deputada Verinha Araújo, pela clareza que ela tem da assistência social; ao Secretário Ademir Neves, pela visão que ele tem, apesar de ser da área de esporte, ele tem bastante essa clareza; à Tetê, que já saiu; à Kátia, em nome das Conselheiras, que têm um trabalho árduo, e à Sr^a Rosarina, que é nossa Presidente do Conselho Estadual.

O *folder* que foi entregue aqui “Proposta de fortalecimento do sistema de garantia de direitos de Mato Grosso” vem como forma de consolidar as estratégias contidas nas diretrizes nacionais e estaduais para a política de atenção integral à criança e adolescente. Aí eu pergunto: como é que se faz ou se viabiliza essa política integral da assistência sem a assistência social? Cai naquela pergunta que você fez, Natalício. O que temos visto nos jornais agora é a não-criação da Secretaria de Assunto Social, ou a extinção da PROSOL, ou a redução da PROSOL a uma outra Secretaria. A PROSOL está defasada, ela é da década de 70. Nós temos a LOAS, que é a nossa política, que vem complementar a nossa Constituição, os arts. 203 e 204, ela diz aqui que é de dezembro 1993. Então, ela está superatualizada. Mato Grosso é um dos únicos Estados do Brasil que não tem uma Secretaria de Ação Social!

Como é que se faz inclusão social em assistência social? É uma boa pergunta para se fazer, um atendimento integral sem assistência social. Não estou querendo dizer que a assistência social é mais importante do que qualquer outra política, mas ela é primordial e essencial.

Eu só quero ler o art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal nº 8.742:

“Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

É a assistência social que faz isso.

Aí temos o art. 2º:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho...”

Tudo isso é papel da assistência social.

A não-criação da assistência social no Estado de Mato Grosso é um retrocesso, a redução da PROSOL, por mais que ela esteja defasada, também é um retrocesso a Mato Grosso. Discutir política integral da criança e do adolescente perpassa pela criação da Secretaria de Ação Social. Isso eu estou falando porque estão vinculadas nos jornais a não-criação e a redução da PROSOL.

Para se medir o índice de desenvolvimento humano em qualquer lugar do País e do mundo, um dos critérios é a assistência social. Se não se tem uma Secretaria de Assistência Social em Mato Grosso, como é que se vai medir o Índice de Desenvolvimento Humano no Estado de Mato Grosso? Incluir não é só construir casas e colocar pessoas lá dentro. Onde é que fica a assistência?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

A maioria dos atos inflacionais, a Dr^a Cleocy Terezinha está aqui, a Rosarinha está aqui, o Natalício está aqui, e conhecem muito bem que esse problema vem da família.

Discordo do Deputado Nataniel de Jesus quando diz que o problema da criança, o problema não é da criança e do adolescente, é nosso. Se não batalharmos, nós ONGs, sociedade civil, terceiro setor, os clubes de serviços por uma Secretaria de Ação Social, nós vamos compactuar, Dr^a Cleocy, com essa omissão, com essa culpa que a senhora diz que temos, nós vamos acentuar essa nossa culpa. A sociedade tem que rever isso.

Agora, eu vou questionar, eu pediria desculpa às autoridades, mas eu vou questionar a trilogia que o senhor disse Coronel: saúde, educação e segurança. Eu posso ter as três, mas se eu não tiver assistência, eu não tenho o pé dela, o senhor pode ter o tripé, mas o senhor não tem o pé dela. Então, teria que incluir a assistência.

Acredito que tem muita coisa errada, Coronel, mas voltar atrás, na área da infância e adolescência, seria um retrocesso. Nós conhecemos bem, porque antes nós éramos regidos por um código de menor, que a questão da criança e do adolescente era questão de polícia, e agora na visão do Estatuto não seria mais visão de polícia é de assistência social.

Como eu já disse, somente moradia não é inclusão social. A inclusão social visa a todas as garantias e direitos que temos. Como sugestão, eu posso deixar, por exemplo, que a assistência social tenha o seu percentual definido assim como a saúde tem, como a educação tem o seu percentual definido, mas nós, assistência social, as ONGs, vivemos assim, de pires na mão.

Agora, se nós tivéssemos esse percentual definido, através do Governo Federal, nós estaríamos com esse percentual garantido, como a educação tem, e daria para se fazer um excelente trabalho.

Então, eu deixo bem claro aqui: A integração à criança perpassa por essa assistência, o atendimento a essa família, Carlos Alberto, da Secretaria do Bem-Estar, que está aqui. A Dr^a Cleocy diz: “Não adianta encher a Secretaria de Ação Social aqui do Município, ela não consegue atender.” Agora, se extinguir, não criar no Estado uma Secretaria de Ação Social, reduzir uma PROSSOL, eu acho que é um retrocesso muito grande.

Desculpe-me pela colocação, mas eu acho que integração passa, parafraseando o Secretário Ademir Moreira, tem que fazer a interface entre as políticas, e não foi feita ainda.

Estou falando como técnica e até pela emoção da não-criação, porque sabe da importância. Nós passamos quatro anos numa academia e não é por nada que nós temos essa concepção. Muito obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. Sirio. Em seguida, a Sr^a Cida, que pediu a inscrição, nós colocarE mos quais são os encaminhamentos desta Audiência Pública, já captando as falas.

Eu peço para a Marlene aguardar porque você vai estar nessa luta.

Antes, Sirio, eu gostaria de anunciar a presença da Dr^a Lilian Alves Ferreira.

Estamos no final, Dr^a Lilian, eu estava sentindo a sua falta aqui, porque eu assisti à sua entrevista pela televisão. A senhora está de parabéns. Eu gostaria de convidá-la para fazer parte da Mesa, mesmo no final.

A Irmã Antonieta também está presente. Muito obrigada pela presença.

O SR. SIRIO - Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Sr^a Maurília e todos os presentes.

Essa é a cara do Brasil, são quinhentos anos contidos dentro do peito, um grito de revolta. Essa revolta, Sr^a Maurília, só foi possível com o fim da ditadura militar e hoje, melhor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

ainda, com a eleição do Governo Lula. Hoje nós já podemos assistir a discursos de uma coragem extrema como esse do coronel que coloca que o problema do Brasil é a corrupção. E a bandeira do Partido dos Trabalhadores sempre foi, sempre será e continuará sendo a ética na política. Por ser a ética na política a nossa bandeira, nós conseguimos eleger a Deputada Serys Slhessarenko, hoje Senadora. A primeira mulher a ser Senadora neste Estado de Mato Grosso, que tem como sua bandeira a ética na política (APLAUSOS). Conseguimos eleger a companheira Verinha Araújo, que todos aqui colocaram como uma guerreira, que teve como sua bandeira a ética na política. Eu não podia deixar de passar essa oportunidade de levantar aqui.

Falou-se numa frente parlamentar. Eu vim aqui como representante do Vereador Sivaldo Dias Campos, que é uma vítima da falta de ética na política neste Brasil e faz trabalho social no Bairro da COHAB. Ele, quando era simplesmente o Sivaldo, hoje ele está na condição de Vereador, ele já fazia trabalho de juntar os jovens na periferia, jogando bola, com a consciência de que socializando aqueles jovens, pelo esporte, eles não seriam adotados pelo crime, pelo traficante.

É bom que se diga, senhores, hoje o problema - e falou bem o Coronel - é a globalização e o maior negócio do mundo é a droga: são quatro mil por cento de lucro. Os soldados da guerra - sabe bem o Coronel - ganham seiscentos, setecentos reais por semana, escolhem a arma e têm munição à vontade. Isso está em todos os jornais, estampado. O Estado não responde mais às necessidades. E a senhora está certa sim, Dona Marília, o Brasil que tem fome, também tem pressa e nós do PT dizemos isso incansavelmente para o Presidente Lula.

Neste sentido, nós colocamos o mandato do Vereador Sivaldo Dias Campos para ser um contribuinte nessa frente parlamentar municipal de fomentar - para nós mandato parlamentar não serve de nada, a não ser para isso, para Audiências Públicas como esta -, de se colocar à disposição do clamor público, trazendo as autoridades do Estado, como o Coronel, como a Juíza, como a Defensora, como a representante do Governador para que ouçam a revolta popular da Dona Marília, que chega aqui e dá um *show* de bola, que não tem curso superior, que não sabe de nada, mas sabe de tudo, porque vive o drama social.

Encerrando senhores, é importante que façamos uma reflexão, e eu quero uma proposta clara aqui.

Hoje, neste momento, lá no Iraque, milhares de jovens e adolescentes estão perdendo a vida, estão perdendo suas famílias, estão morrendo vítimas dessa ganância de trocar sangue e carne por petróleo. Proponho a esta Mesa que faça uma Moção de Repúdio à guerra e uma Moção de Apoio à paz e à fraternidade entre os povos e os adolescentes, e que sejam lidas no Plenário desta casa e enviadas à Embaixada, ao Consulado para mostrar que no rincão deste País, no Centro-Oeste, existem homens, mulheres e crianças, preocupados com todos os adolescentes do mundo, e não só com os adolescentes de Cuiabá e Várzea Grande.

Muito obrigado (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr. Aparecida das Dores Godino, a quem peço para usar da palavra por três minutos, para que nós já entremos nos encaminhamentos.

Sr. Sírio, já está acatada sua solicitação de Moções. A Ata desta Audiência Pública será levada ao Plenário da Assembléia Legislativa e nós a colocaremos em apreciação.

A SR^a APARECIDA DAS DORES GODINO - Boa-noite a todos, em nome dos nossos companheiros e de todas as ONGs que aqui se encontram.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Até vou pedir à Deputada Verinha Araújo para que, na próxima Audiência Pública, se organizem de uma forma que dê a oportunidade de todos ficar num mesmo ambiente para que possam ouvir, como a nossa companheira Darla.

Quando eu recebi o convite da Dr^a Lílian, a quem agradeço, rapidamente eu já inseri na minha agenda, convoquei todos os professores e já coloquei para todos os pais da Creche Escola São José, que é uma creche que eu criei com muito carinho, com muito sofrimento, o seguinte: Olhem, semana que vem, sexta-feira, nós estaremos suspendendo o nosso atendimento às crianças de zero a seis anos porque a reunião lá será muito importante.

Eu já sabia que ouviria tudo isso que estou ouvindo, porque nós acompanhamos de pertinho os nossos colegas.

Olha, Deputada, eu serei bem rápida, porque me deram apenas três minutos. Quero dizer que todas as entidades estão passando por um momento muito difícil. Nós temos boa vontade e queremos fazer realmente pelo nosso social. A nossa única preocupação, nós que trabalhamos com as ONGs, é que nós não temos dinheiro para pagar um segurança para vigiar as nossas casas, acompanhar nossos filhos que vão para as escolas. Nós não temos dinheiro, realmente, para manter segurança, cerca elétrica, etc, etc.

Nós estamos preocupados com o social, esse é um dos motivos que nós estamos trabalhando para o social. A nossa preocupação, do jeito que está indo, no futuro, nós não teremos mais condições nem de sair das nossas casas para estarmos aqui assistindo a palestras como essas.

Eu gostaria de pedir a nossa Deputada que leve à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, colocando a situação em que se encontram as entidades do nosso Estado.

Nós, em Várzea Grande, realmente passamos por um momento muito difícil. Eu mesma este ano liguei para o Sr. Milton, liguei para o Sr. Nélio, para as outras companheiras dizendo: eu não vou abrir mais a Creche Escola São José. Aí o Sr. Milton me ligou, brigou, disse que eu tinha que continuar, que há havia doze anos, completados dia 05 de fevereiro, que agora não era momento para parar...

Eu falei com o Nélio e ele me deu uma grande força. Liguei chorando para a Dr^a Lílian. Eu acho que ela pensou que tivesse morrido alguém da minha casa. A Dr^a Lílian falou: “Você não vai parar. Você vai continuar. Eu não estou te reconhecendo. Eu vejo você corajosa. Vai à televisão, vai ao Gugu, vai não sei aonde, vai para tudo que é lado, pede”. Eu falei: Ah, Dr^a Lílian, eu já cansei, porque os nossos políticos, infelizmente, na hora em que estão em cima de um palanque prometem que as entidades na próxima serão acolhidas por eles, mas quando eles ganham, não nos conhecem mais. Eu estou cansada de viver de porta em porta.

Tudo isso que foi colocado... É tão difícil conseguir ganhar uma gráfica, como eu ganhei para a Creche. Essa gráfica eu não ganhei para mim. Essa gráfica eu ganhei para trabalhar e investir na Creche. Isto aqui é fabricado na nossa pequena gráfica. Eu tenho uma máquina que ganhei do Programa do Gugu, que fabrica, praticamente, quase tudo que é usado numa livraria. Ela custou vinte um mil reais e mais alguma coisa, que foi doado em dinheiro, que já está aplicado na própria entidade, para refazer uma área, etc. Ganhamos uma, também, do PRÓ-VIDA, que custou vinte e cinco mil e também computadores completos para a gráfica. Resultado: nós corremos atrás, temos meios, vamos trabalhar. Agora, nós só precisamos da matéria-prima. Então, eu sempre coloco para os meus colegas das entidades: nós poderíamos, realmente, fazer um trabalho social melhor se tivéssemos apoio do pessoal que está no Poder.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu peço, Deputada, que dê uma olhada com carinho para as nossas crianças. Não nos cansamos de fazer esse trabalho, mas, às vezes, sentimo-nos envergonhadas de todos os dias pedir para um empresário.

Eu quero deixar, aqui, os meus parabéns para os empresários de Mato Grosso. O empresário de Mato Grosso, realmente, está dividindo e colaborando. Nós só precisamos, agora, de um apoio político. Obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Deputada Ana Carla Muniz é membro da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente. Ela deixou um pronunciamento, que repassarei à Taquigrafia para que seja registrado na Ata.

(TRANSCRIÇÃO DO PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ANA CARLA MUNIZ, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA.)

“O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA foi aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e baseado na Conferência Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU, 1989).

Mesmo a lei não sendo uma realidade acabada, compreendemos que este Regimento ganhou contornos e veracidade, vem buscando sua legitimidade graças à sociedade civil, que participou ativamente desse processo.

Temos que ter clareza de que o Estado não substitui a comunidade e a família, e, sim, num enfoque holístico, reconhecer que podemos atuar somente de forma articulada, em parcerias e cooperação, onde esse exercício dialético retroalimenta a todos, potencializando o dever de cada um de nós.

Porém, a família é a rede de socialização primária da criança e do adolescente, devendo ser dada a ela condições de cuidar e educar seus filhos em todos os aspectos da vida social.

Contudo, se faz necessário investimento em projetos com foco nas famílias.

Na avaliação da implementação da ECA, evidenciamos avanços e conquistas importantes expressas:

- na redução da taxa de mortalidade infantil;
- no aumento da matrícula no ensino fundamental;
- no reconhecimento político econômico e humano do combate ao trabalho infantil, entre outros.

No entanto, ainda são muitos os desafios, como:

- violência e abuso sexual crescente contra crianças e adolescentes;
- violência institucional praticada contra crianças e adolescentes autor de ato infracionário;

- redução de desigualdades entre crianças brancas, negras e indígenas;
- registro civil para todas as crianças entre outros.

Há que se quebrar preconceitos, orientados pelo respeito e promoção do desenvolvimento humano, numa perspectiva de mudança cultural e de comportamento.

Temos que lutar em defesa da consolidação do ECA e do funcionamento do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, imbuídos da responsabilidade que nos cabe.

Apesar do avanço considerável no aspecto legal, por si só, ainda, é insuficiente para apontarmos um índice qualitativo satisfatório no que cabe a implantação de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente, surgindo entraves como:

- os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, ainda, não estão operando;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

- a demanda dos serviços assistenciais e públicos é maior que o atendimento;
- a tendência política partidária no processo de escolha dos conselheiros tutelares ainda é evidente;
- resistência de desconhecimento das autoridades públicas locais no cumprimento do Estatuto;

- preconceito por parte da sociedade civil em relação ao ECA.

Diretrizes da política estadual de atenção integral à infância e adolescência:

Saúde

Diretriz principal: incluir no Programa Saúde da Família-PSF equipe multiprofissional especializada no atendimento à saúde da criança e adolescente.

Assistência Social

Diretriz principal: criar programas de atendimento para adolescentes autores de atos infracionais, que assegurem a aplicação das medidas socioeducativas não privativas de liberdade, integrando profissionais qualificados, a família, a escola, a comunidade e as ações dos Conselhos de Direitos, tutelares, os Poderes Judiciário e Executivo, as ONGs e Defensorias Públicas.

Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos

Diretriz Principal: efetivar o Fundo Municipal, através de regulamentação na Lei Orçamentária;

Fazer uma lei modificando a Lei nº 8.890, no art. 134, quanto à remuneração dos seus membros.

‘**Art. 134** Lei Municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à eventual remuneração de seus membros.’

Proteção Especial

Diretriz principal: implantar e/ou implementar programas para atender vítimas de violência e exploração sexual e trabalho infantil.

Mecanismos de Garantia de Direitos

Diretriz principal: realizar ampla divulgação, através dos mais variados meios de comunicação (rádio, tv, jornal e outros) sobre o ECA, bem como a sua implantação no ensino fundamental.”

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quero registrar, ainda, a presença do Sr. Roserval Rodrigues dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINJUSMAT. Agradecemos sua presença.

Pelos pronunciamentos, nós faremos os seguintes encaminhamentos da Audiência Pública.

Eu vou dar três minutos aos componentes da Mesa para fazerem seus pronunciamentos finais, mas eu quero dizer quais são essas ações. Primeira, nós vamos fazer uma agenda para visitar todos os órgãos públicos que hoje fazem trabalho de amparo à criança e ao adolescente, para conhecermos e vermos realmente quais são as falhas, quais são as virtudes, pois até agora nós temos os parâmetros daqui. Segunda, nós estamos recolhendo a relação de todas as entidades não governamentais, algumas eu conheço, já visitei, mas outras não, para fazer uma agenda e visitar essas ONGs.

Essa tarefa não é só da Deputada Verinha Araújo, nós vamos levar a Comissão, para que outros Deputados também... Infelizmente, hoje, só tem a Deputada Verinha Araújo aqui. Nós convidamos todos os Deputados, alguns justificaram a ausência. Temos algumas representações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

das assessorias, mas seria importante que tivéssemos um outro momento até para termos a presença de todos. E o resultado desta Audiência Pública nós vamos levar para o Plenário na terça-feira.

Então, primeiro encaminhamento, visitar, no caso, órgãos governamentais que dão amparo às crianças e aos adolescentes, visitar e conhecer esses trabalhos; segundo, os trabalhos das ONGs, que nós sabemos que são realizados, com muito sacrifício, tirando leite de pedra. A terceira ação é com relação a recursos. Nós estaremos aqui fortalecendo projetos, ações que demandam mais recursos para essa área, como a questão do um por cento do Orçamento para o Fundo de Ampara à Criança e ao Adolescente e outros projetos que vão nesse sentido. Com relação ao caso aqui citado, nós faremos um documento ao Governo, a todos os órgãos governamentais, para que os recursos orçamentários cubram de janeiro a janeiro. Nós já temos uma posição da Comissão e faremos um ofício - nós já vamos discutir a LDO, o PPA -, para termos uma posição.

Um outro encaminhamento é esse que a Marlene trouxe. Nós estaremos, através da Comissão, agendando com o Governador e convidaremos todas as entidades não governamentais para fazer uma visita ao Governador para ter uma posição dele sobre a questão da Secretaria Estadual de Ação Social. Então, nós assumimos esse compromisso também.

Eu não sei se teve mais alguma proposição, das que foram colocadas, que não tenha sido contemplada.

A outra é aquela que eu iniciei na minha fala, de articular uma frente parlamentar de apoio à criança, ao adolescente e ao idoso, que estaria articulada com o Congresso Nacional, que já tem uma frente parlamentar criada lá.

Então, passo a palavra aos componentes da Mesa. Quem quiser utilizar da palavra, poderá fazê-la por três minutinhos, para fazermos o encerramento.

Peço desculpas à companheira que se queixou por não ter usado da palavra. Eu pedi à assessoria da Mesa que fizesse as inscrições, mas peço desculpas se você não foi contemplada.

Com a palavra, a Sr^a Alenir Auxiliadora Ferreira da Silva.

A SR^a ALENIR AUXILIADORA FERREIRA DA SILVA - Cumprimento a platéia aqui presente, a Deputada Verinha Araújo e parabênzo-a pela realização desta Audiência Pública.

Meu nome é Alenir, sou Defensora Pública da Infância e Juventude, atuo na Vara Infração, junto com o Dr. Paulo Prado e o Dr. Valmir que, recentemente, chegou ao Complexo Pomeri.

Quero dizer aqui do trabalho da Defensoria. Fomos criados e instalados há quatro anos e hoje a Capital conta com a Defensoria Pública da Infância para atender só a adolescência aqui da Capital, porque, infelizmente, no interior a Defensoria ainda não está estruturada. O quadro de defensores hoje é de apenas quarenta e um defensores e estamos aguardando a reestruturação para atender as demais comarcas.

Quero falar também da minha angústia, porque trabalho nessa área infração, faço os requerimentos das medidas de proteção, tanto para os adolescentes presos como para aqueles que vão ganhar a liberdade assistida, que, infelizmente, depois, não existem políticas que possam auxiliá-los junto a suas famílias e eles acabam retornando ao Lar da Criança e do Adolescente.

Quero dizer que a Defensoria está aí para somar esforços com os outros órgãos da sociedade, com a Assembléia Legislativa.

Nós funcionamos dentro do Complexo Pomeri, junto ao Juizado e ao Ministério Público.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Também quero deixar aqui um recado do Dr. Paulo Prado que pessoalmente me pediu para que eu apresentasse desculpas por ele não estar presente, em razão de problemas de saúde.

Muito obrigada pelo convite.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra o Sr. Emanuel Oliveira Neto.

O SR. EMANUEL OLIVEIRA NETO - Aproveitando o ensejo, vou voltar e fazer um pleonasmo aqui e novamente vou parabenizar. É boa a construção dessa comitiva e quero até fazer uma tréplica aqui.

Várias questões sociais não são questões de polícia e sim de alianças políticas. As questões sociais... (APLAUSOS)

É importante fazer alianças políticas. Realmente é importante. Hoje, para se governar, governa-se com coalizão.

A bandeira do Governo Bush é a bandeira do povo, que o elegeu representante. O representante tem que pensar nesse povo. É a mesma coisa da Polícia Militar. A Polícia Militar tem a obrigação de defender e proteger a sociedade. Na hora em que tiramos esta farda, somos cidadãos. A questão da criança e do adolescente é de todos nós. Nós, também, somos pais de família, temos filhos adolescentes. Temos que pensar em construir um País melhor.

Eu fico triste em ver o que está ocorrendo em nosso País. A economia do País está enfraquecendo, os jovens estão morrendo e nós não podemos fazer nada. Nós temos que pensar em um País melhor.

Nós precisamos de luz; precisamos nos libertar das trevas; precisamos ter Cristo em nossos corações.

Parabéns, Deputada Verinha Araújo! Parabéns a todos os órgãos aqui representados (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigado.

Nas considerações finais, com a palavra o Sr. Wilton Coelho.

O SR. WILTON COELHO - Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar representando a Secretaria de Estado de Educação e parabenizar a Deputada Verinha Araújo por esta Audiência Pública e todas as pessoas presentes aqui.

No próximo dia 02 de abril, às 14:00 horas, o Governador Blairo Maggi estará fazendo o lançamento do Programa Xané, nas dependências do Auditório do SEDUC. Todos estão convidados, e nós agradecemos a oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, nas considerações finais, o Sr. Natalício Menezes.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Gostaria de agradecer a todos, agradecer principalmente à Deputada Verinha Araújo, que atendeu a essa reivindicação do Fórum Mato-grossense da ONGs de Defesa da Criança, para que realizasse esta Audiência Pública.

Agradeço a presença de todos os representantes do Governo, que aqui estão. Agradeço ao Sr. Wilton Coelho, do Programa Xané, e gostaria de dizer que o Programa é tão importante que as ligações não param. É todo mundo querendo o Xané. Quero dizer que gostaríamos de agendar com o senhor e algumas entidades que estão interessadas no Programa Xané. Se o senhor alocasse recursos, no mínimo, 35% para a entidade... No ano que vem, se o senhor conseguisse adequar o projeto dessa maneira, nós agradeceríamos de coração, porque tem muita entidade querendo trabalhar e tem muita gente com vontade de progredir. É isso que importa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, para as considerações finais, a Sr^a Cláudia Figueiredo de Souza.

A SR^a CLÁUDIA FIGUEIREDO DE SOUZA - Cumprimento todos e, em nome da bancada, a Deputada Verinha Araújo.

Nós representamos a área técnica de saúde do adolescente e jovem do Estado. Em nome da Secretária de Saúde, Dr^a Luzia Leão, eu agradeço o convite. O Dr. Ives estava aqui também, representando a nossa referência em DST/AIDS e estão presentes técnicos do CAPs Infantil, que foi implantado recentemente em atendimento às crianças com transtornos mentais, na faixa etária de três a doze anos. Aqui também temos a Aldinéia, que é psicóloga, que trabalha conosco na saúde do adolescente, na saúde da criança. Também estava presente a Rosane. Eu quero agradecer a oportunidade.

O Programa de Saúde do Adolescente é um programa recente. Foi-nos repassado no ano de 2001, no segundo semestre. O Ministério da Saúde implantou em 1989 o Programa de Saúde em nível nacional, e o Estado iniciou esse trabalho em 2002. A nossa diretriz é trabalhar com a redução dos agravos de saúde, as DSTs/AIDS, a gravidez na adolescência, porque nós temos um índice muito alto no Estado, 37,8%, enquanto a OMS preconiza 10%. Nós trabalhamos também com a redução em relação à violência e também com todos os transtornos mentais que acometem os adolescentes.

Nós temos também como objetivo capacitar os profissionais de saúde, de educação, trabalhar com as ONGs com o intuito de conseguir um percentual de redução em relação a todos os agravos. Então, a diretriz da saúde do adolescente hoje é trabalhar na promoção à saúde, instituindo nas policlínicas, nos centros de saúde, em todas as instâncias de saúde, o atendimento diferenciado na abordagem clínica, ginecológica à adolescente e ao adolescente. Então, nós estamos capacitando esses profissionais inicialmente, para que eles possam entender a abordagem e trabalhar em relação a essa assistência.

Com relação à saúde da criança, nós temos também diretrizes do Ministério em relação ao aleitamento materno. Nós precisamos aumentar o percentual de aleitamento materno no Estado e precisamos também ajudar no combate da violência intrafamiliar. Nós trabalhamos, hoje, com o método Mãe Canguru nos hospitais, que é um incentivo ao aleitamento materno, com a implantação de bancos de leite, o nosso primeiro banco fica no Pronto-Socorro de Cuiabá, e com todos os trabalhos de humanização ao recém-nascido.

Queremos agradecer a oportunidade e dizer que estamos de portas abertas na Secretaria Estadual, no Programa da Criança e do Adolescente, para evidenciar materiais técnicos que os senhores precisarem. Às ONGs, os meus parabéns. Nós trabalhamos com o Sal da Terra, com o Toque na Cuca, com o Corações Amigos, com o Mente Livre e queremos também a adesão de todas as ONGs. Uma vez por mês nós fazemos uma reunião de prevenção aos agravos. A próxima será no próximo dia 31, segunda-feira, às 08:00 horas, na Secretaria Estadual, na Sala Ana Estrela.

Eu agradeço pela oportunidade. Obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Juíza Cleocy Terezinha Chagas.

A SR^a CLEOCY TEREZINHA CHAGAS - Eu vou aproveitar a oportunidade, porque eu recebi um bilhete com duas questões. A pessoa que escreveu, por favor, procure na Promotoria Pública de Várzea Grande a Dr^a Silvana Corrêa Viana, que será bem atendida. Para as duas questões, para os dois casos, o Ministério Público dispõe de ações competentes para evitar esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

abuso, para evitar essa exploração, para evitar a violação dos direitos desses adolescentes. Obrigada a todos (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Benedita Rosarinha Arruda Bastos.

A SR^a BENEDITA ROSARINHA ARRUDA BASTOS - Só para lembrar, mais uma vez, que o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão consultivo, deliberativo e controlador da implementação de políticas sociais básicas que garantem os direitos da criança e do adolescente. É impossível para nós Conselheiros cumprirmos essa função se a sociedade como um todo não levar o anseio da comunidade para os diversos segmentos ali representados, para que nós possamos estar discutindo toda problemática de cada um nas plenárias, para podermos deliberar e até estar chegando junto ao Legislativo para propor emendas, projetos de lei, quanto à questão da garantia da defesa do direito da criança e do adolescente.

Em particular aqui, eu quero fazer a minha reverência à Deputada Verinha Araújo, como sempre faço, porque mesmo estando na mídia diuturnamente, por ser uma batalhadora, ela cumpre o seu papel veladamente, proporcionando-nos momentos ímpares no Instituto de Promoção Humana Papa João XXIII, quando todos os anos nós reunimos todas as mulheres e meninas que passaram pelo projeto que nós criamos e implementamos, enquanto acadêmicas de Direito, junto com a Dr^a Lílian, o chamado Projeto Cidadã Maria Mulher, que é de prevenção, a partir dos sete anos, dando garantia psicossocial e jurídica à mulher em estado de carência.

Esse projeto passou a ser um programa dentro do Instituto, ele deixou de existir, em virtude da alta do Judiciário. Ele foi subsidiado durante dois anos por uma missão da África e da Alemanha, chamada Misério, porque o nosso País, o nosso Estado, o nosso Município, jamais quis ler o projeto que nós elaboramos, que continha tão-somente oito páginas didáticas dentro da metodologia científica. A Deputada Verinha Araújo é uma das nossas maiores colaboradoras, todos os anos, proferindo palestras na questão da garantia do direito na área da educação.

Deus lhe pague, Deputada Verinha Araújo (APLAUSOS)!

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Regina, representante da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania.

A SR^a REGINA - Antes de fazer os meus agradecimentos, eu gostaria de fazer um esclarecimento com relação à questão da inclusão social e da assistência social. Não se faz assistência social sem inclusão, até porque a inclusão social é política de resultados de longo prazo. Se se pegar um excluído para ser atendido numa política de inclusão... Por exemplo, pega-se um excluído e coloca-o dentro de uma casa, constrói uma casa e dá para ele, daqui a pouco ele está vendendo o vaso, está vendendo a pia, porque ele não tem condições de sobrevivência, isso está claro para o Governador tanto é que a decisão com relação à assistência social não está definida.

Eu disse que essa decisão está sendo estudada, porque o projeto inicial não foi possível ser viabilizado, por outros motivos que não valem a pena, e eu não estou autorizada a falar sobre esse assunto, porque não é da minha competência. Mas o Governador está estudando e uma decisão será tomada em breve.

Quero agradecer mais uma vez e parabenizar todos, principalmente, a Deputada Verinha Araújo, pela iniciativa, e dizer que nós estamos lá de portas abertas para, no que for possível, estar colaborando com o seu projeto.

Muito obrigada (APLAUSOS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Regina.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PARA DEBATER O SISTEMA DE
GARANTIA DOS DIREITOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS.

Eu gostaria, para finalizar, de citar as entidades que deixaram seus nomes para que nós façamos a agenda de visitas - quem ainda não colocou o nome aqui, por favor, coloquem -: Conselho Regional de Serviço Social; Creche São José; Fundação Siminino; Sociedade Civil Santa Gema; Centro de Atenção Psicossocial Infantil; Pastoral do Menor; Instituição de Caridade Santa Luzia, que fica lá em Várzea Grande; Creche Mube; Centro de Educação Infantil Criança Esperança; Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Cuiabá; Pastoral da Criança; Fundação Abrigo do Bom Jesus; Instituto da Promoção Humana Papa João XXIII; Creche Falcãozinho; Sociedade São Vicente de Paula; Projeto CPA - Cidadania Paz e Ação; Ensino e Aprendizado Juvenil - CAJU-2000; e Centro de Organização em Defesa da Criança e ao Adolescente.

Faltou mais alguma ONG que não está na lista? (PAUSA).

Então, os nossos compromissos, ao final desta Audiência Pública, são aqueles que eu já citei.

Agradeço a presença de todos. Se quiserem depois ter a Ata da nossa Audiência Pública, é só nos solicitar que nós estaremos passando a cópia.

Quero dizer, ainda, que teremos outras demandas, outras audiências, frutos inclusive deste debate. Quero propiciar para breve uma Audiência, com a presença da nossa Senadora Serys Slhessarenko, para discutir a CPI que está hoje no Congresso, que é a questão da CPI que está investigando a exploração sexual infantil.

Muito obrigada por terem ficado até este horário, quase 18:00 horas, numa sexta-feira.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública (APLAUSOS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;

- Revisão:

- Denize Maria Soares Martins de Siqueira;
- Laura Yumi Miyakawa.